

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
DEPARTAMENTO DE TURISMO E HOTELARIA- DETUH  
CURSO DE HOTELARIA

**CARLOS MAGNO MIRANDA RABELO JUNIOR**

**O ENSINO TÉCNICO-PROFISSIONALEM HOSPITALIDADE: um estudo sobre o  
curso de hospedagem no IFMA – Campus Alcântara**

São Luís  
2017

**CARLOS MAGNO MIRANDA RABELO JUNIOR**

**O ENSINO TÉCNICO-PROFISSIONALEM HOSPITALIDADE: um estudo sobre o  
curso de hospedagem no IFMA – Campus Alcântara**

Monografia apresentada ao curso de  
Hotelaria da Universidade Federal  
do Maranhão – UFMA, como requisito  
para a obtenção do título de Bacharel  
em Hotelaria.

Orientador: Professor Me. Jonilson  
Costa Correia

São Luís  
2017

Rabelo Junior, Carlos Magno Miranda

O Ensino Técnico-profissional em hospitalidade: um estudo sobre o curso de hospedagem no IFMA – Campus Alcântara. / Carlos Magno Miranda Rabelo Junior. – São Luís, 2017

75f. : il.; 31 cm

Orientador: Prof<sup>o</sup>Me. Jonilson Costa Correia

Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Maranhão, Curso de Hotelaria, 2017.

1. Ensino Técnico - Hotelaria. 2. IFMA - Alcântara. I. Título.

CDU 377.36(812.1)

**CARLOS MAGNO MIRANDA RABELO JUNIOR**

**O ENSINO TÉCNICO-PROFISSIONALEM HOSPITALIDADE: um estudo sobre o  
curso de hospedagem no IFMA – Campus Alcântara**

Monografia apresentada ao curso de  
Hotelaria da Universidade Federal  
do Maranhão – UFMA, como requisito  
para a obtenção do título de Bacharel  
em Hotelaria.

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Profº. Me. Jonilson Costa Correia** (Orientador)

.

---

1º Examinador

---

2º Examinador

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar a Deus, por ter me proporcionado chegar até aqui me dando saúde e força para superar todas dificuldades

Agradeço minha mãe heroína, Raimunda Menezes por todo amor, incentivo e apoio incondicional nas horas difíceis de desânimo e cansaço.

Aos meus irmãos Ítala Menezes e Luis Menezes por todo suporte, que por mais difícil que fossem as circunstâncias, sempre tiveram paciência e confiança.

Aos meus primos-irmãos Ítalo Rabelo e Rabelo Junior pelo incentivo direto e sincero

Quero agradecer de forma especial as minhas tias Ivone Menezes e Gesa Menezes, que tiveram um papel de suma importância em minha formação como pessoa e foram muito importante durante essa caminhada.

A Louise Santos Almeida por todo amor, paciência, força e empenho que tem me dedicado, por estar sempre orando por mim, sempre me apoiando nas minhas decisões e também por ser tão compreensiva. Estando sempre ao meu lado, apesar das distâncias. Seu apoio foi muito importante para a conclusão desta etapa.

À minha família, por serem essenciais em minha vida, pela capacidade que eles tiveram de acreditar e investir em mim, por toda a segurança e conforto.

Ao meu Orientador e amigo Jonilson Costa Correia, primeiramente pela paciência e apoio durante essa monografia me conduzindo pelos caminhos da pesquisa com calma e maestria, por ser um profissional exemplar no qual me espelho, por fim, pela confiança e amizade ao longo dos anos.

Agradeço também a todos os professores do curso de Hotelaria, que foram tão importantes no desenvolvimento da minha jornada acadêmica.

## RESUMO

O presente trabalho visa analisar o Ensino Técnico-Profissional no campo da hospitalidade e de modo particular o curso de Hospedagem do Instituto Federal do Maranhão no campus IFMA-Alcântara. Primeiramente toma-se como base para esta pesquisa documentos que relatam sobre o início do ensino técnico no país e no Maranhão. Bem como a evolução das Escolas Técnicas até a criação dos Institutos Federais no século XXI. Abordam-se também os objetivos, o perfil profissional do formado em hospedagem, bem como a matriz curricular e os docentes do IFMA-Campus Alcântara. Para a concretização da pesquisa optamos pela abordagem qualitativa utilizando um questionário como instrumento de coleta de dados, bem como documentos e materiais publicados sobre a temática. A análise dos dados foi feita a partir do modelo qualitativo onde podemos apreender como se dá o ensino de hospedagem na instituição investigada, o que garantiu uma sistematização baseada na qualidade. A realização de uma pesquisa sobre este fenômeno pode ser relevante não só para as instituições de ensino, mas também para empresas empregadoras, que podem se beneficiar com a formação dos profissionais na área de hospedagem.

**Palavras-chave:** Ensino Técnico. Hospedagem. IFMA.

## **ABSTRACT**

The present work aims to analyze the Technical-Professional Education in the field of hospitality and, in a particular way, the Hosting course of the Federal Institute of Maranhão on the IFMA-Alcântara campus. First, it is based on this research documents that report on the beginning of technical education in the country and in Maranhão. As well as the evolution of the Technical Schools until the creation of the Federal Institutes in the XXI century. The objectives, the professional profile of the student in accommodation, as well as the curriculum matrix and the teachers of IFMA-Campus Alcântara are also discussed. To carry out the research, we opted for the qualitative approach using a questionnaire as a data collection instrument, as well as documents and materials published on the subject. The analysis of the data was made from the qualitative model where we can apprehend how the teaching of lodging in the investigated institution takes place, which guaranteed a systematization based on the quality. Conducting research on this phenomenon may be relevant not only to educational institutions, but also to employers, who can benefit from the training of professionals in the area of hosting.

**Keywords:** Technical Education. Accommodation. IFMA

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>8</b>
<b>2</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	<b>12</b>
<b>3</b>	<b>A EDUCAÇÃO TÉCNICA-PROFISSIONAL: um breve histórico</b> .....	<b>15</b>
<b>3.1</b>	<b>Período colonial</b> .....	<b>15</b>
3.1.1	Escola Jesuítas.....	16
3.1.2	Período Pombalino .....	17
<b>3.2</b>	<b>Período Imperial</b> .....	<b>18</b>
<b>3.3</b>	<b>Período Republicano: Primeira Republica e Segunda Republica</b> .....	<b>19</b>
<b>4</b>	<b>O ENSINO TÉCNICO-PROFISSIONAL NO MARANHÃO: recorte histórico de 1612 a 1916</b> .....	<b>25</b>
<b>4.1</b>	<b>A instalação dos Jesuítas e Fundação do Colégio – 1618</b> .....	<b>25</b>
<b>4.2</b>	<b>Escolas de Arsenal da Marinha – 1798</b> .....	<b>25</b>
<b>4.3</b>	<b>Escolas Prática de Agricultura – 1851</b> .....	<b>26</b>
<b>4.4</b>	<b>Escolas de aprendizes Artífices do Maranhão – 1915 e 1916</b> .....	<b>27</b>
<b>5</b>	<b>O ENSINO TÉCNICO-PROFISSIONAL DE HOTELARIA NO BRASIL</b> .....	<b>30</b>
<b>5.1</b>	<b>O Ensino de Hospitalidade no SENAC-MA</b> .....	<b>32</b>
<b>6</b>	<b>DAS ESCOLAS TECNICAS AOS INSTITUTOS FEDERAIS</b> .....	<b>35</b>
<b>7</b>	<b>O INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO-IFMA</b> .....	<b>42</b>
<b>7.1</b>	<b>IFMA-Campus Alcântara</b> .....	<b>44</b>
<b>8</b>	<b>O CURSO DE HOSPEDAGEM DO IFMA - ALCÂNTARA: as revelações da pesquisa</b> .....	<b>46</b>
<b>8.1</b>	<b>Identificação do Curso</b> .....	<b>48</b>
<b>8.2</b>	<b>Objetivos Geral e Específicos do Curso de Hospedagem do IFMA – Alcântara</b> .....	<b>48</b>
<b>8.3</b>	<b>O perfil do profissional habilitado em hospedagem pelo IFMA de Alcântara</b> .....	<b>49</b>
<b>8.4</b>	<b>A Matriz Curricular do Curso de Hospedagem do IFMA de Alcântara</b> .....	<b>50</b>
<b>8.5</b>	<b>Corpo docente</b> .....	<b>54</b>
<b>9</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>55</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>56</b>
	<b>APÊNDICE A- QUESTIONÁRIO APLICADO À PROFESSORA DO IFMA</b> ..	<b>61</b>
	<b>ANEXOS</b> .....	<b>62</b>



## 1 INTRODUÇÃO

O ensino em hotelaria é um tema em crescente discussão entre a academia e o mercado de trabalho. Pela recenticidade desta profissão, no Brasil, esta ainda se depara com algumas barreiras teóricas e práticas, e ao mesmo tempo questões emergentes necessitam de respostas, mesmo que provisoriamente. A partir desse pressuposto é que propomos desenvolver uma pesquisa sobre o ensino de hospedagem na modalidade técnico-profissional no IFMA.

Observa-se que nos últimos anos, no Brasil, houve um grande crescimento do mercado turístico. A área da hospitalidade, e em especial a hotelaria, tem tido um papel de suma importância no que tange a recepção e hospedagem de turistas. O Maranhão é um Estado que possui uma rica diversidade de atrativos naturais e culturais, sua capital São Luís contém um enorme potencial turístico devido aos seus casarões ricos em histórias e lendas, suas belas praias e sua gastronomia repleta de sabores.

Contudo, a escassez de mão-de-obra qualificada pode representar um problema grave no setor hoteleiro, tendo em vista que esse se caracteriza por seus serviços de qualidade. Sabendo-se dessa realidade do mercado de trabalho hoteleiro é que se tem valorizado a importância da formação profissional na área de hospitalidade. Por isso cada vez mais se faz necessário a contratação de uma mão-de-obra capacitada.

O artigo 2º, § único da Resolução nº 6/2012 do Conselho Nacional de Educação esclarece que as instituições de Educação Profissional e Tecnológica, além de seus cursos regulares, oferecerão cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional para o trabalho, neste cenário estão os cursos voltados para o ramo da hotelaria.

Conforme explicita Castelli (2016), o profissional da área de hotelaria dedica-se em atender os desejos e as necessidades de seus clientes, é necessário que exista um engajamento pessoal total, com iniciativa, criatividade e inovação. Sendo assim, é essencial que o profissional da hotelaria possua um conhecimento teórico e exerça a atividade desempenhada de acordo com os princípios da hospitalidade adquiridos.

No Brasil, o debate sobre a Educação Profissional tem seu início nos anos 50, à educação pública até então, não tinha a capacidade de suprimir as necessidades que o mercado de trabalho exigia e por via da lei 4.048 de 22 de janeiro de 1942 criou o Serviço de Aprendizagem Industrial (SENAI), e em 1946 sob o decreto 8.621/46 criou também o Serviço de Aprendizagem Comercial com o intuito de promover a capacitação de trabalhadores a quantidade e qualidade demandante.

Buscando aprimorar cada vez mais o ensino técnico no Brasil, foi criado a partir da lei 11.892/2008 os institutos Federais de Educação Profissional, científica e tecnológica, em conformidade com o artigo 2º segundo que diz que:

os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de Educação Profissional e Tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei. (BRASIL, 2008).

Objetivam ainda, mediante as pesquisas e em articulação com as necessidades da sociedade, promover o desenvolvimento de novos processos, produtos e serviços e oferecer oportunidades de educação continuada.

No ano de 1964, o Governo sentiu a necessidade de refazer a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e transformou o segundo grau na época, hoje ensino médio, fazendo que os mesmos possuíssem um caráter de curso profissionalizante, chamando de “profissionalização compulsória”, através da portaria nº239/65 a Escola Técnica Federal de São Luís passou a se chamar Escola Técnica Federal do Maranhão e seguindo a disposição da Lei nº 4.795, de 20 de agosto do mesmo ano. (IFMA, 2016)

Só em 1989, que a então Escola Técnica Federal do Maranhão passou a ser o Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão (CEFET-MA) por meio da Lei nº 7.863, passando a ministrar também diversos cursos de graduação e pós-graduação. A partir do decreto nº 6.095 de 24 de abril de 2007 sancionado então pelo governador Luís Inácio Lula da Silva, ocorreu a integração dos CEFET's aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Como já dito a atividade do turismo é de suma importância, tendo em vista que é um mercado com uma grande concorrência entre os setores que o compõe, para isso é necessário que os profissionais envolvidos com esta

atividade tenham que ser cada vez mais qualificados, incorporando saberes, conhecimentos, habilidades e atitudes.

A cidade de Alcântara possui um Instituto Federal do Maranhão (IFMA) que passou a funcionar em janeiro de 2010. A unidade, que atende, principalmente, estudantes de Alcântara e também de São Luís, integra a Fase II do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação.

O IFMA-Campus Alcântara baseia-se em princípios como os da interdisciplinaridade e da contextualização, tendo em vista que a sua finalidade é a Integrações dos componentes curriculares nas dimensões científicas e técnico-operativas. Os objetivos dos cursos ofertados visam a concretização dos direitos dos cidadãos ao pleno desenvolvimento de uma produtiva e social. Abrindo um leque de oportunidades aos alunos egressos para a serem desenvolvidas no âmbito trabalhista.

Esta pesquisa teve como objetivo analisar o Ensino Técnico-profissional em hospedagem ofertado no IFMA-Campus Alcântara. Mesmo de forma ainda superficial pretendeu-se descobrir como este curso surgiu e como este vem formando e capacitando profissionais que pretendem atuar na área de hospitalidade ou que já trabalham e precisam se aprimorar para melhor desenvolver suas atividades.

Para a concretização da pesquisa optamos pela abordagem qualitativa utilizando um questionário como instrumento de coleta de dados, bem como documentos e materiais publicados sobre a temática. A análise dos dados foi feita a partir do modelo qualitativo onde podemos apreender como se dá o ensino de hospedagem na instituição investigada, o que garantiu uma sistematização baseada na qualidade.

Este trabalho está estruturado da seguinte forma: primeiramente apresenta-se a introdução com um breve cenário da importância deste tema e onde se mostra os objetivos e alguns pontos da metodologia.

Na segunda parte do trabalho aborda-se a metodologia, ou seja, os procedimentos de construção da pesquisa.

Na terceira parte aborda-se um breve histórico do ensino técnico-profissional no Brasil.

Em seguida no terceiro capítulo apresenta-se um recorte histórico da educação técnica-profissional no contexto maranhense. Depois sobre o ensino de hotelaria no Brasil, enfatizando a modalidade técnico-profissional que é abordado no quarta parte.

Como penúltima parte o momento crucial da pesquisa onde se trata da caracterização do IFMA, em especial do campus de Alcântara, o curso de hospedagem desta instituição, bem como a metodologia.

Por fim apresentam-se as considerações finais sobre a pesquisa, abordam-se os objetivos do trabalho e seus alcances, e algumas sugestões e críticas pertinentes à realização desta pesquisa.

## 2 METODOLOGIA

A metodologia é um fator importante na construção do estudo, entendendo-a como o conjunto de procedimentos técnicos na realização da pesquisa, a sistematização dos dados e a forma de análise dos resultados.

A pesquisa que desenvolvemos neste estudo é de natureza qualitativa, cuja abordagem “verifica uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números” (MINAYO, 2009, p.22).

Neste caso optamos pela pesquisa qualitativa, a fim de analisar como é o ensino técnico-profissional de hospedagem no IFMA. Esta abordagem qualitativa fará emergir elementos que nos ajudarão a captar a essência deste fenômeno e a dinâmica do seu acontecimento.

Para Godoy (1995) a pesquisa qualitativa parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o desenvolve. Esta envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo.

A partir da emergência de variáveis que caracterizam o campo de pesquisa da pesquisa foi fundamental um tratamento de dados a partir da abordagem quantitativa.

Seguindo ensinamentos de Richardson (1989), este método caracteriza-se pelo emprego da quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento dessas através de técnicas estatísticas, desde as mais simples até as mais complexas.

Diante do objeto desse estudo, 'o ensino técnico-profissional no campo da hospitalidade', foi feita também uma pesquisa descritiva. Segundo Duarte e Furtado (2002, p. 29) a pesquisa descritiva caracteriza-se por ser um método de investigação que “descreve um fenômeno ou situação mediante um estudo realizado em determinado contexto espacial e temporal”. Além disso, porque visa a compreensão ampla do fenômeno que está sendo estudado, considera que todos os dados da realidade são importantes e devem ser examinados. O

ambiente e as pessoas nele inseridas devem ser olhadas holisticamente: não são reduzidos a variáveis, mas observados como um todo.

Este trabalho, metodologicamente, foi compreendido em duas fases. No primeiro momento ocorreu o levantamento teórico-bibliográfico sobre a temática, da qual delineamos o objeto a ser analisado. A pesquisa bibliográfica foi realizada através de consulta a documentos, livros, teses de doutorado, dissertações de mestrado, revistas, artigos, materiais digitalizados, dito em outros termos, uma técnica de documentação indireta que abrange todo o material existente já publicado que versa sobre o assunto.

A leitura da bibliografia deve ser um exercício de crítica, na qual serão destacadas as categorias usadas pelos diferentes autores. Este é, segundo Goldenberg (2007, p. 79), “um exercício de compreensão fundamental para a definição da posição que o pesquisador irá adotar”.

Gil (1999, 98) descreve que:

A pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação.

A segunda fase compreendeu a pesquisa de campo, ou a fase empírica, como forma de documentação direta com a finalidade de conseguir mais informações sobre o assunto investigado, que por sua vez, foi dividida em duas etapas: na primeira fizemos uma coleta de dados na qual utilizamos como instrumento o questionário com perguntas abertas. Segundo Rea e Parker (2007, p.44) em sua maioria, as perguntas de um questionário tem opções ou categorias de respostas abertas ou fechadas. Essas perguntas fornecem uma variedade de informações que implicam na sua interpretação seja qualitativa ou quantitativa.

Esta fase empírica da pesquisa de forma alguma está em ultima posição na metodologia, não se caracteriza como último momento, pois a pesquisa não ocorre numa sequência linear. Pelo contrário sempre haverá um diálogo entre o real e o pensado. Segundo Húngaro (2014, p. 71) [...] “o pesquisador, então reconstrói o caminho de volta à empiria de onde partiu. Nesse processo, o movimento do pensamento não altera a empiria”.

Na segunda fase procedemos a análise dos dados coletados com o questionário e os documentos coletados junto à instituição investigada (Projeto Político Pedagógico do Curso de Hospedagem do IFMA – Alcântara).

Assim, todas estas fases apresentadas neste percurso metodológico estão imbricas, se relacionam na construção do todo.

### **3 A EDUCAÇÃO TÉCNICA-PROFISSIONAL: um breve histórico**

A formação do trabalhador brasileiro antes das escolas federais iniciou-se nos tempos mais remotos da colonização portuguesa no Brasil, sendo os índios e os escravos os primeiros aprendizes de ofícios, e “habitou-se o povo de nossa terra a ver aquela forma de ensino como destinada somente a elementos das mais baixas categorias sociais” (FONSECA, 1961, p. 68).

Com o surgimento da mineração em Minas Gerais, conforme o documento do MEC (BRASIL, 2009) sobre o início da Educação Profissional, foram criadas casas de fundições e de moedas e por isso a indispensabilidade de um ensino mais qualificado para exercer tais funções nessas casas. Sob esse cenário se instaurou de forma pioneira uma banca que examinava e avaliava as habilidades que os aprendizes adquiriam em período de cinco a seis anos.

Avaliando de forma satisfatória a aprendizagem, a banca lhes fornecia um certificado de aprovação. Simultaneamente foram gerados os Centros de Aprendizagem de Ofícios nos Arsenais da Marinha do Brasil, pois havia no país uma carência por profissionais de nível técnico, sendo que estes ainda eram trazidos de Portugal, enquanto um pequeno número era recrutado até durante a noite ou recorriam a chefes de polícias para que estes indicassem presos que tivessem em condições satisfatórias de trabalhar. (BRASIL, 2009)

#### **3.1 Período colonial**

Em 1785 a rainha Maria I de Portugal, através de um alvará proíbe o estabelecimento de fábricas e manufaturas no Brasil, alegando que com o desenvolvimento fabril e manufaturas os colonos deixavam de cultivar e explorar as riquezas da terra e de prosperar na produção agrícola, e também possuindo intenção de que a agricultura e a extração do ouro e diamantes não se enfraqueçam por falta de trabalhadores. Por esse motivo o desenvolvimento tecnológico do Brasil deu uma estagnada, voltando apenas a progredir com a chegada da família real portuguesa no Brasil em 1808. Cunha (2002a, p.29) assegura que neste período:



A aprendizagem sistemática de ofícios não tomou, na colônia, a forma escolar. Foi só no período de transição para a formação do Estado Nacional, durante a estada da família real no Brasil, que veio a ser criada a primeira escola para o ensino de ofícios.

Consequentemente com a revogação do Alvará D. João cria o colégio das fábricas que fica sendo considerado o primeiro estabelecimento instaurado na esfera pública e com o objetivo de atender à educação de artistas e dos aprendizes oriundos de Portugal. (GARCIA, 2000).

### 3.1.1 Escolas Jesuítas

A chegada dos jesuítas ao Brasil, ocorreu no ano de 1549, comandado pelo Pe. Manoel da Nobrega juntamente com Tomé de Sousa que era o então primeiro governador-geral. Tendo como base Oliveira (2005), Após quinze dias as suas chegadas edificaram logo em Salvador-BA a primeira escola elementar brasileira, os Jesuítas logo instituíram outras no território brasileiro. Todas as escolas jesuítas eram regidas por um documento chamado *Ratio atque institutio studiorum* que foi escrito por Inácio de Loyola, que foi o fundador da Companhia de Jesus.

Durante a sua estada no País, segundo Oliveira (2005) os jesuítas se dedicaram integralmente a pregação da fé católica e ao trabalho educativo, vinte e um anos após sua chegada, em 1570 o país já possuía um total de cinco escolas de instrução complementar, que estavam localizadas em: Porto Seguro, Ilhéus, São Vicente, Espírito Santo e São Paulo de Piratininga e mais três colégios no Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia.

Os Jesuítas continuaram no país até 1759, em um total de quinze anos como mentores da Educação Brasileira quando Sebastião José de Carvalho o então Marques de Pombal os expulsou, segundo Oliveira (2005), no momento da expulsão os jesuítas possuíam sob suas propriedades 25 residências, 35 missões e um total de 17 colégios e missões, além de alguns seminários de menor porte em cidades onde continham as casas companhia de Jesus.

Casimiro (2017) afirma que na sociedade colonial era ministrada uma 'educação que preparava para a vida', completando, contudo, que 'preparava para a vida que cada classe haveria de viver,' naquela concepção hierárquica e de mobilidade rigorosa, e a mesma reafirma que havia concepções de educação

diferenciadas e subordinadas às condições e ao lugar social de cada grupo, toda a metodologia educacional colonial aplicada decorreu de uma forma totalmente homóloga às outras instâncias da vida social, isto é, com perfis de educação dessemelhantes para cada classe, caso se tratasse dos portugueses e de seus descendentes ou tratasse dos índios, negros, mestiços e cristãos novos.

### 3.1.2 Período Pombalino

A reforma Pombalina é um significativo marco na História da Educação Brasileira. Por ser contextual, não é possível compreendê-la senão por meio da própria História do Brasil enquanto Colônia de Portugal, espaço temporal onde foi criada. Neste período, o então rei de Portugal, D. José I, nomeia para seu ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal que caminha no sentido de recuperar a economia através de uma concentração do poder real e de modernizar a cultura portuguesa, reforçando o Pacto Colonial, iniciando assim, uma tentativa de transformação no século XVII com as Reformas Pombalinas. (SECO; AMARAL, 2017).

Tais reformas visavam transformar Portugal numa metrópole capitalista, seguindo o exemplo da Inglaterra, além de adaptar sua maior colônia o Brasil a fim de acomodá-la a nova ordem pretendida em Portugal. A ideia de pôr o reinado português em condições econômicas tais que lhe permitissem competir com as nações estrangeiras era talvez a mais forte razão das reformas pombalinas (SECO; AMARAL, 2017).

A política educacional como outra qualquer de Pombal era lógica, prática e centrada nas relações econômicas anglo-portuguesa.

A reforma educacional pombalina culminou com a expulsão dos jesuítas precisamente das colônias portuguesas, tirando o comando da educação das mãos destes e passando para as mãos do Estado. Os objetivos que conduziram a administração pombalina a tal reforma, foram assim, um imperativo da própria circunstância histórica. Extintos os colégios jesuítas, o governo não poderia deixar de suprir a enorme lacuna que se abria na vida educacional tanto portuguesa como de suas colônias. (SECO; AMARAL, 2017).

Para o Brasil, segundo Seco e Amaral (2017) a expulsão dos jesuítas constituiu, outros episódios, como a destruição do então único sistema de ensino

que existia no país. Fernando de Azevedo diz que essa foi “a primeira grande e desastrosa reforma de ensino no Brasil”, como corrobora Niskier (2001, p.34),

A organicidade da educação jesuítica foi consagrada quando Pombal os expulsou levando o ensino brasileiro ao caos, através de suas famosas ‘aulas régias’, a despeito da existência de escolas fundadas por outras ordens religiosas, como os Beneditinos, os franciscanos e os Carmelitas.

Através do Alvará Régio de 28 de junho de 1759, o Marquês de Pombal, suprimia as escolas jesuíticas de Portugal e de todas as colônias ao expulsar os jesuítas da colônia e, ao mesmo tempo, criava as aulas régias ou avulsas de Latim, Grego, Filosofia e Retórica, que deveriam suprir as disciplinas antes oferecidas nos extintos colégios jesuítas. (SECO; AMARAL, 2017).

As aulas régias instituídas por Pombal para substituir o ensino religioso constituíram, dessa forma, a primeira experiência de ensino promovido pelo Estado na história brasileira. A educação a partir de então, passou a ser uma questão de Estado. Desnecessário frisar que este sistema de ensino cuidado pelo Estado servia a uns poucos, em sua imensa maioria, filhos das incipientes elites coloniais. (SECO; AMARAL, 2017).

### **3.2 Período Imperial**

A Primeira constituição outorgada no Brasil foi em 1824, e durou todo o período imperial, e tinha como uma de suas evidências, a importância à educação gratuita e igualitária a todos, como está declarado no artigo 179, XXXII: “A instrução primária é gratuita para todos os cidadãos.” Três anos após, em 15 de outubro de 1827, a Assembleia Legislativa aprovou a primeira Lei sobre a instrução pública nacional do Império do Brasil, instituía no seu artigo 1º que “em todas as cidades, vilas e lugares populosos haverá escolas de primeiras letras que forem necessárias” e completa em seu artigo 4º que: “As escolas serão do ensino mútuo nas capitais das províncias; e serão também nas cidades, vilas e lugares populosos delas, em que for possível estabelecerem-se”. (BRASIL, 1824).

A educação não mereceu uma devida atenção por parte do estado, sua presença no período colonial era de forma omissa, segundo Nascimento (2004) justifica que estávamos diante de uma sociedade escravagista, autoritária e formada para atender a uma minoria encarregada do controle sobre as novas gerações, Ficando assim comprovada uma contradição da Lei que propugnava a

educação primária para todos, mas na prática não se concretizava. “[...]a responsabilidade direta pelo ensino primário e secundário, através das leis e decretos que vão sendo criados e aprovados, sem que seja aplicado, pois não existiam escolas e poucos eram os professores.” (NASCIMENTO,2004, p. 95).

Vinte anos depois de sucedida a proclamação da república (1889), apenas 1909 foi que o estado originou de forma efetiva a implantação do ensino profissional no país.

### **3.3 Período Republicano: Primeira Republica e Segunda Republica**

No decorrer da Primeira República iniciou o surgimento industrial no País, com a virada do século XX, com a abolição da escravatura e o número crescente de imigrantes, houve uma rápida urbanização e como consequência um crescimento relevante dos centros urbanos no que demandou um número maior de operários nos estabelecimentos industriais, segundo informa Saviani (2007) a cafeicultura foi uma das bases para a mudança do regime da monarquia para a república; os produtores de café ergueram-se ao poder realizando uma aliança entre os partidos republicanos paulista e mineiro, nesse período a economia era baseada em um modelo de exportação e com advento da república houve uma grande pressão dos inúmeros grupos da sociedade para transformar a base econômica do Brasil, para esses grupos, a economia já deveria estar baseada na produção industrial, já que o país contava com 6.946 indústrias. (SAVIANI, 2007).

Em relação educação no período da primeira república, nas primeiras décadas houveram poucas conquistas, Nosella (1998) informa que a política educacional desse período objetiva, principalmente, democratizar o ensino primário, e universalizaram a ideia de uma rede de ensino primário, público, gratuito e laico, entretanto esse sistema criado não foi suficiente e insensível ao mercado de trabalho.

Ainda durante a primeira república, 11 de setembro de 1906 o Governador Nilo Peçanha deu início ao ensino técnico no Brasil por meio da assinatura do Decreto nº787, criando no estado do Rio de Janeiro quatro escolas profissionais nas seguintes localidades: Campos, Petrópolis, Niterói e Paraíba do Sul, sendo que as três primeiras citadas dedicavam-se aos ensinos de ofício e a

última ao ensino agrícola. O ano de 1906 foi um marco histórico no que tange a consolidação do ensino técnico industrial no país pelas seguintes ações tomadas:

- a) Realização do “Congresso de Instrução” que apresentou ao Congresso Nacional um projeto de promoção do ensino prático industrial, agrícola e comercial, a ser mantido com o apoio conjunto do Governo da União e dos Estados. O projeto previa a criação de campos e oficinas escolares onde os alunos dos ginásios seriam habilitados, como aprendizes, no manuseio de instrumentos de trabalho.
- b) A Comissão de Finanças do Senado aumentou a dotação orçamentária para os Estados instituírem escolas técnicas e profissionais elementares sendo criada, na Estrada de Ferro Central do Brasil, a Escola Prática de Aprendizes das Oficinas do Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro.
- c) Declaração do Presidente da República, Afonso Pena, em seu discurso de posse, no dia 15 de novembro de 1906: “A criação e multiplicação de institutos de ensino técnico e profissional muito podem contribuir também para o progresso das indústrias, proporcionando-lhes mestres e operários instruídos e hábeis”.

Segundo Cunha (2000, p.7) durante este período processos determinantes impulsionaram a educação profissional:

Nas primeiras décadas do período republicano três processos sociais e econômicos combinaram-se para mudar a estrutura social, notadamente no Estado de São Paulo, com fortes repercussões para a questão da educação, até mesmo para a educação profissional: a imigração estrangeira, a urbanização e a industrialização. Decorrentes desses Processos e reagindo sobre ele, os movimentos sociais e sindicais urbanos abriram uma nova fase na história do país.

Em julho de 1909 após o falecimento de Afonso pena, Nilo Peçanha assume a presidência do Brasil, e no esforço de melhorar a vida da classe menos favorecida da sociedade e de garantir um acesso a uma educação primária, profissional e totalmente gratuita, assina em 23 de setembro o Decreto nº7566/1909 criando inicialmente em diversos estados sob a jurisdição do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio dezenove Escolas de aprendizes Artificies, atribuídas ao ensino profissional, visando não apenas capacitar a classe de baixa renda com o conhecimento técnico, mas também de

prepara-los para o mercado de trabalho com o intuito de distancia-los da ociosidade, e de uma vida de crimes, proporcionado a partir da educação a formação dos indivíduos que eram fundamentais para a sociedade no qual estavam incluídos. Fundou-se, então, escolas custeadas pela união que formavam operários com conhecimentos técnicos primordiais para exercer um ofício ao qual foram capacitados

No registro, o Decreto nº 7.566 de 23 de Setembro de 1909 esclarece sobre a criação das escolas e aponta que o eminente crescimento da população nas cidades exige-se artifícios para facilitar a sobrevivência de toda a classe proletária. Sob essa ótica, está escrito que:

[...] se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir em hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime, que é um dos primeiros deveres do Governo da República, for mar cidadãos úteis a Nação. (BRASIL, 1909).

Mais tarde, no ano de 1927 o congresso Nacional sancionou o projeto Fidelis Reis que assegurava o oferecimento obrigatório de ensino técnico no país.

Já instituída a segunda República, em 14 de Novembro de 1930 foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública no qual foi designada a inspeção do Ensino Profissional Técnico e passando a supervisionar as Escolas de Aprendizes Artífices que antes estavam ligadas ao Ministério da Agricultura, havendo em 1934 uma grande expansão do ensino técnico impulsionado por uma política de criação de novas escolas industriais e introdução de novas especializações nas escolas já existentes no país.

Tratando especificamente do Ensino Técnico a constituição brasileira foi pioneira ao tratar desse tema, a Constituição de 1937 estabelecia no artigo 129 que:

O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera da sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado, sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo Poder Público. (BRASIL, 1937).

Portanto em 13 de janeiro de 1937, foi assinada a Lei 378 que transformava as Escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus Profissionais, atribuídos ao ensino profissional, em referência ao então ministro da Educação de 1941, entraram em vigor um conjunto Leis conhecidas como “Reforma Capanema” que eram compostas através dos seguintes decretos:

Quadro 1 – Decretos-Lei da Reforma Capanema

<b>Decreto-lei</b>	<b>Significado</b>
Decreto-lei n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942:	Lei Orgânica do Ensino Industrial;
Decreto-lei n.4.048, de 22 de janeiro de 1942,	Criou o SENAI (Serviço nacional de aprendizagem industrial);
Decreto-lei n. 4.244, de 09 de abril de 1942:	Lei Orgânica do Ensino Secundário;
Decreto-lei n. 6.141, de 28 de dezembro de 1943:	Lei Orgânica do Ensino Comercial;

Fonte: adaptado da Lei 387/37

Depois do governo de Getúlio Vargas, já durante o governo do interino José Linhares e através do então ministro da educação, Raul Leitão da Cunha, ainda houveram os seguintes decretos de leis:

Quadro 2 – Decretos após Reforma-Capanema

<b>Decreto-Lei</b>	<b>Significado</b>
Decreto-lei n. 8.529, de 02 de janeiro de 1946:	Lei Orgânica do Ensino Primário
Decreto-lei n.8.530, de 02 de janeiro de 1946:	Lei Orgânica do Ensino Normal;
Decreto-lei n. 8.621, de 10 de janeiro de 1946:	Criou o SENAC (Serviço nacional de aprendizagem comercial);
Decreto-lei n.9.613, de 20 de agosto de 1946:	Lei Orgânica do Ensino Agrícola.

Fonte: Adaptado da lei 387/87.

É importante ressaltar que após o conjunto de leis, conhecidos como reforma Capanema o ensino escolar do Brasil passou por algumas mudanças, O ensino profissional também foi considerado de nível médio, passaram a exigir exames de admissões para o ingresso em escolas industriais, e houve uma divisão em dois níveis nos cursos: curso básico industrial, artesanal,

aprendizagem e mestria e curso técnico industrial com uma duração de quatro anos, sendo o último ano como estágio supervisionado.

Em 1959, As escolas Industriais e Técnicas passaram por transformações e passam a ser autossuficientes, adquirindo autonomia didática e de gestão e mudando o nome para Escolas técnicas Federais, intensificando assim a formação de técnicos que diante do crescimento industrial no país se tornaram uma mão de obra indispensável.

A Lei de diretrizes e Base da Educação Brasileira (LDB) em 11 de agosto de 1971 por meio da lei nº 5.692/71 torna predominantemente o currículo do segundo grau em educação especial, de acordo com o artigo 5, I:

Observadas as normas de cada sistema de ensino, o currículo pleno terá uma parte de educação geral e outra de formação especial, sendo organizado de modo que: no ensino de primeiro grau, a parte de educação geral seja exclusiva nas séries iniciais e predominantes nas finais; no ensino de segundo grau, predomine a parte de formação especial. (BRASIL, 1971).

Este fato estabeleceu, assim, um novo padrão de formação de técnicos em caráter imediato, paralelamente as escolas técnicas federais aumentavam os seus números de alunos matriculados e ofertavam novos cursos técnicos.

Na implantação da Lei nº 6.545/78, três Escolas Técnicas Federais dos estados do Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs). Atrelados a essas transformações as instituições receberam a nova função de formar engenheiros de operação e tecnólogos, e estendendo-se a outras instituições mais adiante. Ofertando nos centros um ensino gratuito e qualificado observa-se que a procura aos cursos antes designados à classe menos favorecida da sociedade passa a atender a todas as classes que buscam os Centros Federais no intuito de encontrar a educação qualificada que era ofertada.

Os CEFETs ocupam posição de referência educacional e se integram com a sociedade nas regiões em que estão localizados. Dispõem de ampla infraestrutura física, laboratórios, equipamentos, bibliotecas, salas de aula e parques desportivos. Atendem os níveis básico, técnico e tecnológico de educação profissional, o nível médio, o ensino superior e a pós-graduação tecnológica. Destacam-se, ainda, pela autonomia na pesquisa aplicada e no desenvolvimento de parceria com a comunidade e com o setor produtivo. (BRASIL, 2008)

A LDB revoga a lei nº 7.044/1982 liberando as instituições de ensino à ofertarem a Educação profissional de forma concomitante, Os cursos técnicos-



profissionalizantes podem ser oferecidos em duas formas: concomitante, que permite ao aluno cursar o ensino médio ao mesmo tempo em que cursa o ensino técnico na mesma instituição e em horários distintos, e subsequente, ofertados aos que já concluíram o ensino médio.

No dia 29 de dezembro de 2008 o então presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva aprovou a lei nº 11.892/08, onde criou o número de 38 Institutos Federais de Educação, ciência e tecnologia (IFET), em substituição aos CEFETS.

## **4 O ENSINO TÉCNICO-PROFISSIONAL NO MARANHÃO: recorte histórico de 1612 a 1916**

No dia 8 de setembro de 1612 era fundada a cidade de São Luís, que seria a capital do Estado do Maranhão, trata-se da única capital no país que foi fundada por Franceses, O nome dado à cidade é uma homenagem dos franceses ao então rei da França Luís IX, também conhecido por "São Luís".

Segundo Pianzola (1992) e Meireles (1982) A história do ensino técnico-profissional se iniciou no Maranhão com a chegada dos franceses ao Estado em 1612, Ives D'Evreux (2002) em seu livro "Viagem ao Norte do Brasil nos anos de 1613 a 1814" nos diz que foi fácil civilizar os selvagens à maneira dos franceses e lhe ensinar os ofícios que haviam em seu país de origem.

### **4.1 A instalação dos Jesuítas e Fundação do Colégio – 1618**

No ano de 1618 os Jesuítas se instalaram no Maranhão e em 1622 fundaram o colégio e a igreja de Nossa senhora da Luz, e mais alguns centros de ensinamentos, Manfred destaca sobre a educação nesse período:

Assim, os colégios e as residências dos jesuítas sediados em alguns dos principais centros urbanos foram os primeiros núcleos de formação profissional, ou seja, as "escolas-oficinas" de formação de artesãos e demais ofícios, durante o período colonial. (MANFREDI, 2002, p. 68)

Fica perceptível que as primeiras evidências da profissionalização está presente na colonização com a educação jesuíta.

Segundo o Pe. José Coelho de Souza, em seu livro "Os jesuítas no Maranhão" os jesuítas fundaram diversos estabelecimentos de ensino, São Luís e Alcântara foram algumas das cidades beneficiadas por esses centros de ensino. "Nesses estabelecimentos existiram escolas rudimentares de aprendizagem mecânica, o que hoje chamaríamos Escolas de Artes e Ofícios" (SOUZA, 1977, p. 27).

### **4.2 Escolas de Arsenal da Marinha - 1798**

Por meio de carta régia de 16 de Outubro de 1798, o governo português criou o Arsenal de Marinha com o intuito de dar sustentação às ações

mercantil e apoio logístico marítimo para a Real Armada portuguesa, e foi a partir da criação da marinha que no de 1860, através do decreto nº252 do dia 03 de Março criou-se a Escola de Maquinas da Marinha. Anos após, os navios a vela foram extintos dando lugar aos navios de ferro que eram comercializados no exterior em países como Inglaterra, França e Estados Unidos, iniciando um processo de modernização da Marinha Armada, e com isso passou-se a exigir uma mão-de-obra mais qualificada para operarem nos novos navios de guerra que chegavam, para formar trabalhadores mais qualificados criou-se a Escola de Aprendizes de Marinheiros do Pará sendo está uma referência para as províncias mais próximas. No Maranhão em 1861 sob o decreto nº2. 725 de 12 de Janeiro de 1861 foi criada a Companhia de Aprendizes Marinheiros. (VAZ; VAZ; VAZ, 2009, p. 100).

#### **4.3 Escolas Prática de Agricultura - 1851**

Seguindo no contexto histórico Vaz (2009) diz que em 1851 foi rejeitada a primeira proposta de criação de uma escola de Agricultura prática, sendo esta aprovada apenas em 1856, na segunda proposta realizada e se transformando na lei nº 446/56, sendo regulamentada dois anos depois, em 10/09/1858 pelo então presidente da Província o conselheiro Joao Lustosa da Cunha Paranaguá. De acordo com Marques (1970, p.263) a escola Prática de Agricultura tinha como objetivos:

- 1º Ensinar a mocidade da província a agricultura prática e teoricamente;
- 2º - Instituir uma série de experiências e ensaios concernentes ao melhoramento do sistema atual de nossa lavoura, criando ao mesmo tempo um centro de observação e demonstrações práticas para a instituição dos lavradores;
- 3º -Transplantar para a província os métodos e progressos agrícolas, cuja a proficiência houver sido abonada por uma esclarecida e constante experiência dos países estrangeiros mais adiantados.

Conhecida por escola de Cutim por estar localizada em São Luís, Meireles (1995) discorre que não fosse, a rigor, um estabelecimento de ensino superior, e sim, um instituto de grau médio profissionalizante, para formar técnicos agrícolas, pois tinha como principal objetivo ensinar a teoria e a prática da profissão de lavrador:

Mas, por outro lado, deveria fazer pesquisas e experiências que levassem ao aperfeiçoamento do sistema de lavoura usado na terra e visando trazer, para o Maranhão, os métodos e processos agrícolas mais atuais que já houvesse aprovado em países estrangeiros. (MEIRELES, 1995, p.61).

Com os passar dos anos foram surgindo outras escolas no estado, sempre com o intuito de profissionalizar os operários, no município de Guimaraes tivemos o Aprendizado Agrícola Cristino Cruz, que foi instaurado na administração de Francisco de Assis Lopes Júnior (1910 – 1912) e que funcionou por pouco tempo, sendo transferida para São Luís em 1916 por determinação do então governador Herculano Nina Praga, Aprendizado Agrícola Cristino Cruz em seguida se transformou na Escola Agrotécnica Federal de São Luís, e depois em IFMA, instalado no bairro de Maracanã (OLIVEIRA, 2005).

Em 1970 foi fundada a escola onze de agosto com o intuito de fornecer aulas noturnas para a classe operaria, em 1972 foi ofertado o curso de construção prática para os carpinteiros e pedreiros e o curso de Geometria aplicada às artes. (VAZ; VAZ; VAZ, 2009, p. 103).

#### **4.4 Escolas de aprendizes Artificies do Maranhão – 1915 e 1916**

Em uma serie de publicações do “Jornal o Commercio” foram trazidas informações sobre a idealização das primeiras escolas de aprendizes no Estado do Maranhão, entre os meses de outubro e novembro de 1909 foram noticiados duas reportagens sobre o tema. A primeira tratava de uma Escola Profissional que foi instalada na antiga casa dos educandos cedida ao Governo Federal. A segunda tratava-se de uma escola de aprendizes artificies que culminou na instalação nas capitais dos estados da republica sendo o ensino profissional primaria totalmente de forma gratuita, essa escola era regida pelo decreto nº7566/09 (JORNAL DO COMMERCIO, 1909).

A escola de Aprendizes Artificies do Estado do Maranhão foi instalada um ano após sua criação, tendo como o seu primeiro diretor José da Costa Rodrigues. Tinha como escopo a formação de operários e contramestres, mesmo com uma grande procura inicial apenas parte dos alunos frequentou o primeiro ano de funcionamento (VAZ; VAZ; VAZ, 2009. p.104). Mesmo com a autonomia que foi dada no ano de 1915 às escolas de aprendizes de artificies teve vários

problemas em relação à baixa procura de alunos, e parte destes foram eliminados por faltar às aulas.

Um ano após a autonomia das escolas de aprendizes artificies, em 1916 o Governador Herculano Parga apresentou um projeto, no qual cita que não basta apenas a escola de aprendizes artificies, para ele era necessária a criação de um internato em que abriria vaga para os mais pobres e pessoas vindas do interior do estado. (O ESTADO, 1916).

Quadro 3 – Sistema “S” no Brasil

Instituição	Objetivo
SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial)	Instituição a quem cabe a educação profissional e aprendizagem industrial, além da prestação de serviços de assistência técnica e tecnológica às empresas industriais.
SESI (Serviço Social da Indústria)	Instituição que Promove a melhoria da qualidade de vida do trabalhador e de seus dependentes por meio de ações em educação, saúde e lazer.
SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial)	Educação profissional para trabalhadores do setor de comércio e serviços.
SESC (Serviço Social do Comércio)	Promoção da qualidade de vida dos trabalhadores do setor de comércio e serviços.
SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural)	Educação profissional para trabalhadores rurais.
SENAT (Serviço Nacional de Aprendizagem em Transportes)	Educação profissional para trabalhadores do setor de transportes.
SEST (Serviço Social de Transportes)	Promoção da qualidade de vida dos trabalhadores do setor dos transportes.
SESCOOP (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo)	Aprimoramento e desenvolvimento das cooperativas e capacitação profissional dos cooperados para exercerem funções técnicas e administrativas.
SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas)	Dá orientações sobre como abrir e gerenciar uma empresa e contratar funcionários

Fonte: adaptado do site Porta Brasil, 2017.

É importante destacar que cada uma dessas instituições que compõe o chamado Sistema “S” tem dado contribuições importantes nas suas respectivas

áreas de atuação. Pode-se citar, por exemplo, cursos gratuitos com bolsas de estudos, promoção social, apoio ao desenvolvimento das pequenas empresas, treinamentos, entre outros. Tudo isso de forma muito próxima da sociedade.

## 5 O ENSINO TÉCNICO-PROFISSIONAL DE HOTELARIA NO BRASIL

Na década de 40, com o surgimento do Sistema Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI), sob o decreto-lei Nº 4.040 de 22 de Janeiro de 1942 começou a ser estruturado o Sistema “S”, que é um termo designado para definir as organizações com fins lucrativos, voltadas para oferecer uma cadeia de ensino, com a finalidade de melhorar a produtividade da mão-de-obra. O Sistema “S” é formado por 11 instituições e todas elas iniciadas com a Letra S:

A primeira instituição que constituiu o sistema “S” foi o SENAI, que teve a lei nº 4.040/42, sancionado pelo Presidente Getúlio Vargas, o intuito de formar os profissionais das indústrias, no início a instituição oferecia apenas cursos de aprendizagem industrial básica que supria a necessidade de trabalhadores que precisavam de uma qualificação profissional formal, nas palavras de Kalantzis e Cope (2012, p.45), “na era Industrial , o modelo educacional refletia o contexto social da época”, ao longo dos anos as escolas de ensino foram se expandindo e incluiu-se cursos técnicos em nível médio, e por último de graduação e pós-graduação nas mais diversas áreas.

A segunda instituição que viria a ser formada e que também constituiria o sistema “S” foi o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), em conformidade com Decreto-lei Nº 8.621, de 10 de Janeiro de 1946, sancionada por José Linhares que de forma provisória ocupava a presidência após a queda de Getúlio Vargas, estabelecendo à confederação Nacional do Comercio a responsabilidade pela formação das escolas de aprendizagem, como definido no Artigo I da lei: “Art. 1º Fica atribuído à Confederação Nacional do Comércio o encargo de organizar e administrar, no território nacional, escolas de aprendizagem comercial”. (BRASIL, 1946).

Vinte e um anos após a lei de criação do SENAC ficou estabelecido no Decreto 61.843 de 05 de Novembro de 1967 a aprovação do regulamento de aprovação do SENAC, com a seguinte finalidade segundo o artigo 1º da lei:

Art. 1º O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac, organizado e administrado pela Confederação Nacional do Comércio, nos termos do Decreto-lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946, tem por objetivo:

- a) realizar, em escolas ou centros instalados e mantidos pela Instituição, ou sob forma de cooperação, a aprendizagem comercial a que estão obrigadas as empresas de categorias econômicas sob a sua jurisdição, nos termos do dispositivo constitucional e da legislação ordinária;
- b) orientar na execução da aprendizagem metódica, as empresas às quais a lei concede essa prerrogativa;
- c) organizar e manter cursos práticos ou de qualificação para o comerciário adulto;
- d) promover a divulgação de novos métodos e técnicas de comercialização assistindo, por esse meio, aos empregadores na elaboração e execução de programas de treinamento de pessoal dos diversos níveis de qualificação;
- e) assistir, na medida de suas disponibilidades técnicas e financeiras, às empresas comerciais, no recrutamento, seleção e enquadramento de seu pessoal;
- f) colaborar na obra de difusão e aperfeiçoamento do ensino comercial de formação e do ensino superior imediato que com ele se relacionar diretamente. (BRASIL, 1967).

Consequentemente após a aprovação da lei 8.621/46 que instituiu o SENAC, iniciava-se a trajetória da Educação técnica-profissional no País, que vinha a se tornar de suma importância na história da Hotelaria.

O Ensino Técnico voltado para a área de Hotelaria no Brasil se iniciou em 1951, com a criação do curso de garçom, umas das várias atribuições do ramo hoteleiro, o curso foi ofertado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial- SENAC que foi o pioneiro da educação técnica no país no que se refere à formação de pessoas para atuar no setor de comércio e serviços, dentre os quais está inserido a hotelaria e seus eixos.

Foi a partir de 1969 que as ofertas por cursos na área hoteleira se intensificaram no SENAC, isso se deu por que o Governo do Estado de São Paulo cedeu por 30 anos, em comodato, o Grande Hotel São Pedro para o SENAC-SP, transformando-o no primeiro hotel escola da América Latina, A qualidade do ensino praticado dentro da instituição rendeu nos anos 70 grandes convênios com duas escolas internacionais tradicionais: o *Lycée Technique Hôtelier Jean Drouant*, da França que realizava os cursos de produção culinária e serviços de restaurantes e a escola *École Hôtelière de Lausanne*, da Suíça que aceitava estudantes para um intercâmbio na área da Hotelaria, durante a década de oitenta, as parcerias feitas pelo SENAC continuavam e foram feitos acordos de cooperação técnica com a *Cornell University*, dos Estados Unidos.

Ao fim dos anos de 1970, o SENAC/SP criou um centro de estudos chamado CEATEL, com o fim de trabalhar no âmbito da gestão hoteleira e estabelecendo algumas parcerias com escolas internacionais já citadas. Em 1986



o Governo Paulista, através da lei nº6.410 de 8 de dezembro de 1986, doou de forma definitiva para o SENAC o Grand Hotel São Pedro e Grand Hotel Campos do Jordão (SENAC-SP, 2016)

Em 1978 onze anos após o primeiro curso ser lançado no Brasil, o economista Geraldo Castelli, formado na Suíça, trouxe o modelo suíço de educação profissional em hotelaria e criou na Universidade de Caxias do Sul – RS o primeiro curso de Tecnologia em Hotelaria do país, com forte foco operacional, sobretudo em alimentos e bebidas (CAMPOS, 2000).

O ensino de hotelaria promovido pelo SENAC propunha, como já foi dito, capacitar profissionais para as áreas operacionais de hotéis e restaurantes, cuja formação técnica preparava para camareiras, garçons e mensageiros. Esses cursos ficaram a princípio limitados às unidades SENAC do eixo Rio/São Paulo, sendo que o estado de São Paulo servia como modelo para os outros estados (CAMPOS, 2000).

Entendemos aqui, que estes primeiros cursos tinham o interesse em oferecer uma formação especializada e pragmática, que segundo Purin (2010) possibilitaria desenvolver apenas o necessário para o educando ser uma força de trabalho explorada.

### **5.1 O Ensino de Hospitalidade no SENAC-MA**

A história do SENAC no Maranhão se inicia no dia 24 de Julho de 1947 com a missão de ampliar e garantir uma educação profissional de qualidade e adequada à realidade de trabalho do maranhense, a partir da data de 18 de Setembro de 1953 a Fecomércio-MA, Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Maranhão passou a reger a presidência do SENAC, que tem como objetivo dar segurança as todas as empresas para que estas venham a obter resultados positivos e se desenvolvam no Maranhão (FECOMERCIO-MA, 2017).

Atualmente, a Instituição encontra-se organizada por meio de Centros de Educação Profissional e Postos Avançados, localizados na capital e nos principais municípios do Estado como Imperatriz, Caxias, Bacabal, Santa Inês, Balsas, Codó e Timon. Além dessas unidades, existem as Carretas-Escola gerenciadas pela Unidade Móvel. São elas: Carreta-Escola de Turismo e Hotelaria; Moda e Beleza e, Administração e Informática. Todas funcionam como laboratórios de aprendizagem, com salas-ambiente e mobiliário apropriado para oferecer as programações

dos eixos tecnológicos Ambiente e Saúde; Segurança; Turismo, Hospitalidade e Lazer; e Informação e Comunicação (SENAC, 2016)

A procura pelos cursos do SENAC é alta e possui um público diversificado, abrangendo todas as classes sociais e todos os tipos de gênero, a finalidade de quem se matricula em um dos cursos ofertados pelo SENAC é buscar a qualificação para a sua inserção no competitivo mercado de trabalho ou uma formação continuada, sendo o seu público alvo formado por jovens que almejam uma chance no mercado e enxergam nos cursos técnico-profissionalizantes um caminho mais rápido para esse fim. (SENAC, 2016)

A instituição ainda oferece para aqueles que não possuem tempo hábil para assistir as aulas presenciais os cursos de Educação a Distância- EAD, onde as aulas ficam disponíveis em uma plataforma digital em que fica a disposição do aluno para ser usufruído em seu melhor horário.

Os cursos EAD obtiveram a nota cinco no conceito do Ministério da Educação (MEC) ano de 2016, habilitando-o para oferecer o primeiro curso de graduação em tecnologia de Marketing na modalidade a distância no ano de 2017 (SENAC, 2016).

O ensino de Hospitalidade no SENAC-MA acontece principalmente nos espaços do Restaurante Escola, localizado na Rua de Nazaré no centro histórico de São Luís. Esta escola abriga cursos nas áreas de Turismo e Hotelaria, tais como:

- a) Camareira – técnicas de limpeza e arrumação, que tem como objetivo Desenvolver competências necessárias para realizar a arrumação, limpeza e vistoria de apartamentos e áreas comuns dos meios de hospedagem e com a carga horária de 40h;
- b) Cerimonial e protocolo para eventos, que tem como objetivo ensinar a planejar cerimônias considerando a legislação vigente, as tradições, as regras de etiqueta social e conduta moral e ética e possui uma carga horária um pouco mais reduzida, com um total de 20h;
- c) Curso de garçom, que tem como objetivo preparar os alunos e alunas para trabalharem como garçons e garçonetes em restaurantes, bares, buffets, eventos e outros estabelecimentos, com conhecimento técnico e postura ética e empreendedora,

destacando-se com uma qualificação diferenciada, aliando o ensino teórico a prática no Restaurante escola, este possui uma carga horária maior, totalizando 240h, os cursos técnico-profissionais ofertados pelo Restaurante Escola duram em média seis meses;

- d) Curso de Cozinheiro, cujo objetivo é preparar profissionais para atuarem em diversos setores da gastronomia, seja típica ou internacional e também possui carga horária de 240 horas.

O Restaurante Escola tornou-se referência no Maranhão pela qualidade de ensino transmitida aos alunos, aliada à excelência no atendimento e demais serviços oferecidos aos clientes do restaurante. (SENAC, 2017)

Além disso, na sede do SENAC – MA localizada na Rua do Passeio no centro de São Luís, são oferecidos cursos de: recepcionista de hotel guia de turismo, atendimento ao cliente e outros relacionados ao campo da hospitalidade.

## 6 DAS ESCOLAS TÉCNICAS AOS INSTITUTOS FEDERAIS

Com a criação da lei 8.948 de 8 de dezembro de 1994 sancionada pelo então presidente Itamar Franco, houveram as transformações das escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica, segundo o artigo 3º, I, II e III

Art. 3º. As atuais Escolas Técnicas Federais, criadas pela Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959 e pela Lei nº 8.670, de 30 de junho de 1983, ficam transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica, nos termos da Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978, alterada pela Lei nº 8.711, de 28 de setembro de 1993, e do Decreto nº 87.310, de 21 de junho de 1982. § 1º A implantação dos Centros Federais de Educação Tecnológica de que trata este artigo será efetivada gradativamente, mediante decreto específico para cada centro, obedecendo a critérios a serem estabelecidos pelo Ministério da Educação e do Desporto, ouvido o Conselho Nacional de Educação Tecnológica. § 2º A complementação do quadro de cargos e funções, quando necessária, decorrentes da transformação de Escola Técnica Federal em Centro Federal de Educação Tecnológica, será efetivada mediante lei específica. § 3º Os critérios para a transformação a que se refere o caput levarão em conta as instalações físicas, os laboratórios e equipamentos adequados, as condições técnico-pedagógicas e administrativas, e os recursos humanos e financeiros necessários ao funcionamento de cada Centro. (BRASIL, 1994)

Esta Lei sancionada teve como objetivo principal difundir no país a Educação Tecnológica a fim de suprir as necessidades de colaboradores no setor de produção das empresas, A lei foi aprovada durante o governo do presidente Itamar Franco, que formou o sistema e o conselho nacional de educação tecnológica de forma integrada com as instituições tecnológicas que estavam sob o regime do Ministério da educação e do desporto.

A transformação em definitivo das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica só veio a ocorrer no governo de Fernando Henrique Cardoso a partir da Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996(Brasil, 1996) que ficou conhecida como a Lei Darcy Ribeiro, em referência ao seu autor, Evidenciando uma preocupação continua em atender as necessidades do setor de produção.

Foi o Decreto 6.095 de 24 de abril de 2007 sancionado então pelo governador Luís Inácio Lula da Silva que determinou todas as diretrizes para o processo de integração das Instituições federais de educação tecnológica com o objetivo de criar os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFs, no domínio da Rede Federal de Educação Tecnológica.

Art. 2º A implantação de IFETs ocorrerá mediante aprovação de lei específica, após a conclusão, quando couber, do processo de integração de instituições federais de educação profissional e tecnológica, na forma deste Decreto.

Art. 3º O processo de integração terá início com a celebração de acordo entre instituições federais de educação profissional e tecnológica, que formalizará a agregação voluntária de Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFET, Escolas Técnicas Federais - ETF, Escolas Agrotécnicas Federais - EAF e Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais, localizados em um mesmo Estado. (BRASIL, 2007).

No artigo 3º do decreto 6.095/07, se anuncia a aceitação de forma voluntária e natural por parte dos CEFETs, Escolas Técnicas Federais, Escolas Agrotécnicas Federais e das Escolas Técnicas vinculadas com Universidades Federais, através de um acordo entre as instituições federais de educação profissional e tecnológica formalizando assim o processo de integração e incorporação, supervisionado pela Secretária de educação Profissional e Tecnológica da Educação.

Art. 3º O processo de integração terá início com a celebração de acordo entre instituições federais de educação profissional e tecnológica, que formalizará a agregação voluntária de Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFET, Escolas Técnicas Federais - ETF, Escolas Agrotécnicas Federais - EAF e Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais, localizados em um mesmo Estado.

§ 1º O processo de integração será supervisionado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação. (BRASIL, 2007).

Em seguida, com a lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008), também sancionada pelo então presidente Luís Inácio Lula da Silva, cria-se os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, através da integração entre: Escolas Técnicas Federais, Escolas Agrotécnicas Federais, Centros Federais de Educação Tecnológica, transformando-se todas em institutos.

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do sistema federal de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação e constituída pelas seguintes instituições:

I - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - Institutos Federais;

II - Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR;

III - Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ e de Minas Gerais - CEFET-MG;

IV - Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais.

IV - Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais

V - Colégio Pedro II. (BRASIL, 2008).

Segundo a Lei 11.892/08 também ficou estabelecidas as finalidades, características, objetivos e estruturas organizacionais a serem implantadas nos Institutos Federais, que com as instituições acima citadas formaram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Art. 2º Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei.

§ 1º Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, os Institutos Federais são equiparados às universidades federais.

§ 2º No âmbito de sua atuação, os Institutos Federais exercerão o papel de instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais.

§ 3º Os Institutos Federais terão autonomia para criar e extinguir cursos, nos limites de sua área de atuação territorial, bem como para registrar diplomas dos cursos por eles oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior, aplicando-se, no caso da oferta de cursos a distância, a legislação específica. (BRASIL, 2008).

No artigo 6º e os demais incisos da presente lei, exhibe-se as finalidades e as características dos institutos federais:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, for mando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente. (BRASIL, 2008)

Os Institutos que foram recém-criados passam não atuar apenas na área do ensino e no preparo profissional, mas também desenvolvendo projetos de pesquisas e extensões, com uma finalidade equivalente as universidades federais do país com é exposto no artigo 2º, I: “§ 1º Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, os Institutos Federais são equiparados às universidades federais”.

Os objetivos dos institutos Federais segundo a lei são:

- I) Ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente integrada;
- II) Ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores;
- III) Realizar pesquisas aplicadas;
- IV) Desenvolver atividades de extensão;
- V) Estimular e apoiar processos educativos que levem a geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectivas do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e
- VI) Ministrar em nível de educação superior: a) cursos superiores de tecnologia para atender a demanda do setor produtivo; b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, visando a formação de professores para a educação básica, principalmente nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional; c) cursos de bacharelado e engenharia; d) cursos de pós-graduação *latu sensu* de aperfeiçoamento e 37 especialização; e e) cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, nas áreas de educação, ciência e tecnologia. (BRASIL, 2008).

Atualmente os IFETs oferecem a população uma formação de qualidade a quem busca um conhecimento específico e vem se expandindo ao longo dos anos, “O Ministério da Educação concretizou a construção de mais de 500 novas unidades referentes ao plano de expansão da educação profissional, totalizando 644 campi em funcionamento” (BRASIL, 2016) ao total são 38 institutos federais distribuídos em todos os estados do país ofertando qualificação, ensino médio integrado e cursos superiores.

O gráfico 01 mostra a expansão dos *campis* da Rede Federal de Educação em suas unidades, até o ano de 2002 haviam apenas 140 unidades no país, ao termino do ano de 2010 houve um número maior de expansões, chegando a 356 *campis* e totalizando 214 unidades novas, entre os anos de 2011 e 2014 houveram 208 novas unidades e 14 incorporações dos *campis* do Colégio Pedro II - RJ e ao fim de 2016 foram construídos mais 61 unidades totalizando o número de 644 *campis* no país.

Algumas instituições não aderiram aos Institutos federais, mas elas também oferecem educação técnica-profissional em todos os níveis, sendo dois CEFETs, vinte e cinco escolas que estão vinculadas à Universidades, o Colégio Pedro II e uma Universidade tecnológica.

O gráfico 02 nos mostra a quantidade de Municípios que foram atendidos com a expansão da Rede Federal de Educação profissional, Científica e Tecnológica, ao fim de 2002 eram apenas 119 municípios atendidos em todo o país, em 2010 com mais 190 municípios favorecidos esse número subiu para 321, entre os anos de 2011 e 2014, mais 190 municípios foram contemplados com a expansão dos IF's, e por fim, no ano de 2016, terminamos com 568 municípios que possuíam um IFE em seu território.

Gráfico 1 – A expansão

Fonte: Imagem obtida do site do MEC (BRASIL, 2016)

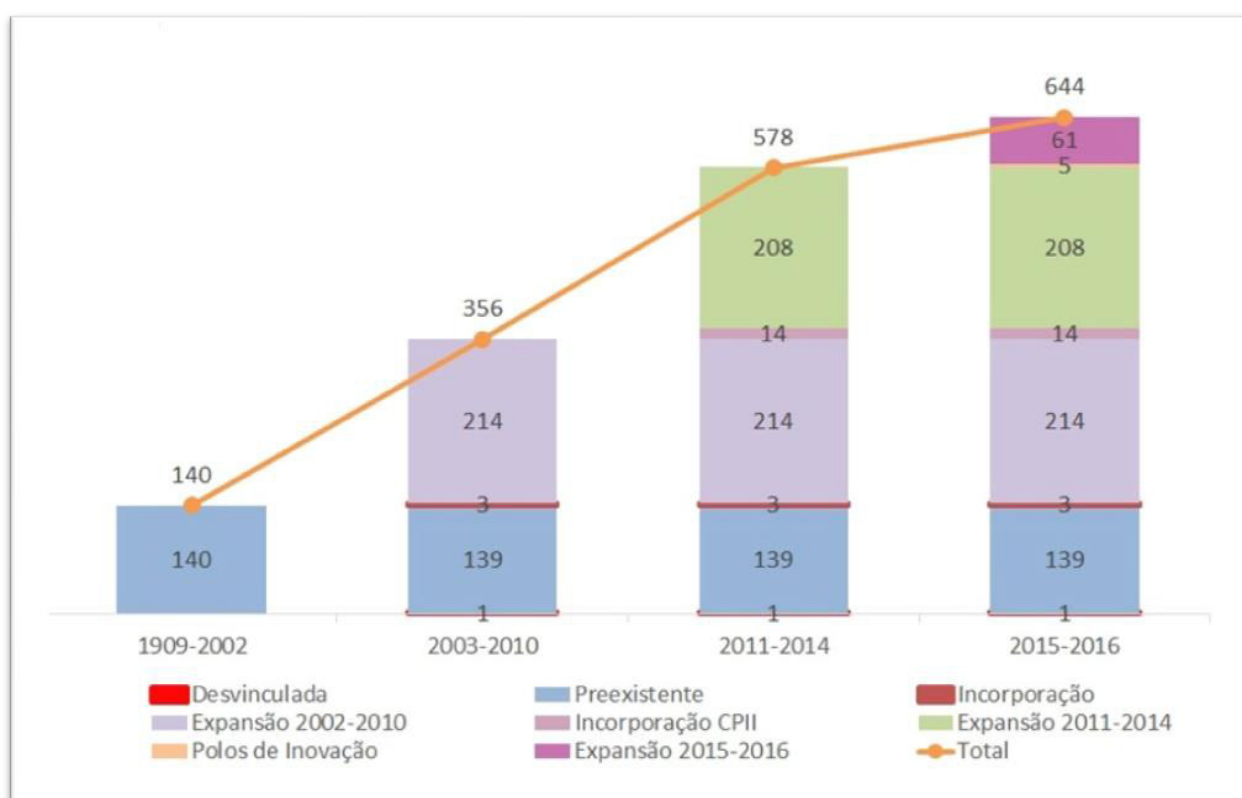
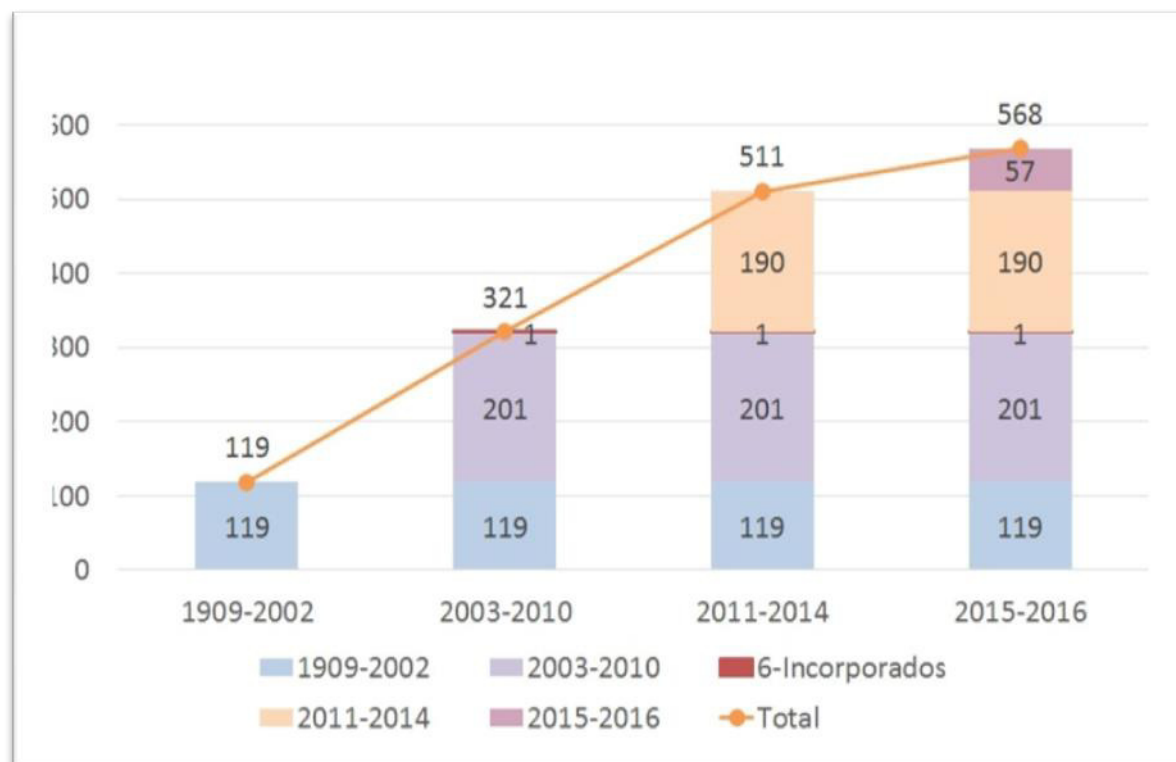




Gráfico 2- A quantidade



Fonte: Brasil (2009)

A expectativa de desenvolvimento gerada pela chegada dos Institutos federais aos municípios brasileiros acentua conforme Gentile (1998), a promessa da escola integradora, porém a serviço do capital amplia a mão de obra qualificada e conduz à intensificação da gestão das relações de trabalho, assim como a diminuição de salários, rotatividade dos postos de trabalho e ampliação do mercado de terceirização e da informalidade. Seguindo esta lógica, a escola integradora não desaparece; ela se associa à “promessa da empregabilidade” (GENTILI, 1998).

Os IF's se tornam verdadeiras aberturas para as transformações de cunho social, valorizando toda produção do conhecimento, possibilitando que a escola seja um ambiente democrático de conhecimentos adquiridos e na construção dos conhecimentos. Ainda nesta definição da expansão, cada um de seu campi deve alcançar aprimorar e compreender melhor a localidade onde ocorrerá a implementação, conectadas aos disposições e culturas locais, com a finalidade de atender as demandas, desenvolvendo a inclusão social e uma distribuição de renda mais justa a população local, elaborando uma mão de obra

mais qualificada neste ambiente, com a agregação e introdução de novos conhecimentos.

## 7 O INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO-IFMA

A história do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA) começou a ser construída no início do século XX. No dia 23 de setembro de 1909 como já foi dito, por meio do Decreto nº 7.566, foram criadas as Escolas de Aprendizes Artífices nas capitais dos Estados. Elas surgiram com o intuito de proporcionar às classes economicamente desfavorecidas uma educação voltada para o trabalho. A Escola de Aprendizes Artífices do Maranhão foi instalada em São Luís no dia 16 de janeiro de 1910. (IFMA, 2015)

Após várias mudanças constitucionais que transformaram a educação, a Escola de Artífices no ano de 1937 mudou seu nome, passando a ser chamado de Liceu Industrial de São Luís e seu funcionamento encontrava-se no Bairro Diamante, Um ano antes em 1936, foi lançada a pedra fundamental no imóvel que viria ser a atual sede do Campus Monte Castelo, também foi durante essa década que ficou instituído o Ministério da Educação e Saúde no qual o ensino técnico industrial ficou vinculado, o Ensino agrícola permaneceu vinculado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

Em 30 de janeiro de 1942, com a necessidade de responder às novas demandas educacionais no setor industrial em face da intensificação do processo de substituição das importações, o Decreto-lei nº 4.073 instituiu a Lei Orgânica do Ensino Industrial. Nesse contexto, criaram-se as Escolas Técnicas Industriais e o então Liceu Industrial de São Luís transformou-se na Escola Técnica Federal de São Luís.

A exclusão do ensino agrícola de um tratamento legal gerou muito protesto dos trabalhadores do campo e dos setores produtivos rurais. Assim, em 20 de agosto de 1946, aprovou-se por meio do Decreto-Lei nº 9613, a Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Com a nova lei, em 20 de outubro de 1947, o Decreto nº 22.470 estabeleceu a criação de uma escola agrícola no Maranhão. (IFMA, 2016)

Posteriormente ao golpe do ano de 1964, o Governo sentiu a necessidade de refazer a Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB e transformou o segundo grau na época, hoje ensino médio, fazendo que os mesmos possuíssem um caráter de curso profissionalizante, chamando de “profissionalização compulsória”, através da portaria nº239/65 a Escola Técnica

Federal de São Luís passou a se chamar Escola Técnica Federal do Maranhão e seguindo a disposição da Lei nº 4.795, de 20 de agosto do mesmo ano. (IFMA, 2016)

Ainda de acordo com informações contidas no portal do IFMA (2016) foi no ano de 1989, que a então Escola Técnica Federal do Maranhão passou a ser o Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão (CEFET-MA) por meio da Lei nº 7.863, passando a ministrar também diversos cursos de graduação e pós-graduação.

Art. 1º A Escola Técnica Federal do Maranhão, criada nos termos da Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, alterada pelo Decreto-Lei nº 796, de 27 de agosto de 1969, fica transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica. (BRASIL, 1989).

A partir do decreto nº 6.095 de 24 de abril de 2007 sancionado então pelo governador Luís Inácio Lula da Silva que ocorreu a integração dos CEFET's aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia desse modo no Maranhão.

Atualmente o IFMA conta com 29 *campi* com aulas presenciais distribuídos no estado, sendo que quatro estão localizados na ilha de São Luís: um no Bairro do Monte Castelo, um na Praia Grande-*campi* Centro Histórico, um no Maracanã e outro no município de São José de Ribamar, esses polos também dão suporte ao ensino praticado a distância ofertado pelo IFMA, que conta com convênios com as Prefeituras e com o Governo do Estado.

Apenas três desses 29 *campi* possuem cursos voltados para a área de hospitalidade. Os polos com tais cursos estão localizados em cidades que têm um maior fluxo de turistas durante o ano, a exceção fica por conta da cidade de Carolina, localizada no Sul do Maranhão, que mesmo sendo um dos lugares turísticos mais visitados do estado, este ainda não dispõe de nenhum curso voltado para a área da hotelaria e do turismo, como se pode observar através do quadro 4.

Quadro 4 – Campi do IFMA e Cursos ofertados em 2017

Campi	Cursos ofertados:
<b>Alcântara</b>	Hospedagem(Subsequente) Graduação Tecnológica em Gestão de Turismo

<b>Barreirinhas</b>	Hospedagem (PROEJA) Agenciamento de viagem (Integrado e Subsequente)
<b>Centro Histórico</b>	Guia de Turismo (Subsequente) Eventos (Integrado e Subsequente) Lazer (Subsequente) Hospedagem (Integrado)

Fonte: adaptado do portal do IFMA

O Instituto, no Maranhão, possui mais de 70 grupos de pesquisa divididos em sete grandes áreas do conhecimento, além de desenvolver ações de extensão nas áreas de educação, cultura, lazer, direitos humanos, saúde, trabalho e empregabilidade. (IFMA, 2015)

### 7.1 IFMA-Campus Alcântara

Alcântara é considerada Patrimônio Nacional e de grande visitação em relação ao turismo cultural, por possuir casarões belíssimos, museus, igrejas centenárias, ruínas e o famoso doce de espécie, sendo um grande atrativo para turistas. Sucede também em Alcântara a festa do Divino Espírito Santo que é apreciada por toda a população local e também por visitantes que vão para conhecer a festa, apreciar seus licores e o doce de espécie. A cidade fica situada no noroeste de São Luís, havendo apenas transporte marítimo para sua chegada e saída, por sua proximidade com a capital são luís possuindo um tempo aproximado de 40 minutos de distância, o turismo que mais acontece é o de excursão, popularmente conhecido como “bate e volta”.

Por conta do crescimento turístico na cidade, era necessária uma qualificação para os habitantes, possuindo como consequência um bom atendimento realizado ao público visitante. Essa foi a sugestão que o IFMA-Campus Alcântara utilizou para a sua instalação na cidade, ofertando o curso de Técnico em Hospedagem formando profissionais gabaritados e com excelência.

A explosão do turismo proporcionou uma expansão espetacular das empresas hoteleiras, exigindo do elemento humano uma formação especializada para todos os níveis de ocupação que compõem a estrutura organizacional de um hotel. (CASTELLI, 2003)

A atividade do turismo é muito importante na economia, sendo um mercado com uma grande concorrência, e por isso, o perfil do profissional tem

que ser cada vez mais qualificado, incorporando novo saberes, conhecimentos, habilidades e atitudes. (IFMA-ALCÂNTARA, 2017)

O Instituto Federal do Maranhão (IFMA) Campus Alcântara obteve sua autorização de funcionamento em janeiro de 2010. A unidade, que atende, principalmente, estudantes de Alcântara e também de São Luís, integra a Fase II do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação. (IFMA, 2015)

O Curso Técnico em Hospedagem, destinado a alunos que concluíram o Ensino Médio, terá, conforme Resolução 14/2014, as seguintes vias de acesso:

- a) Aprovação e classificação em processo seletivo aberto à comunidade realizado pelo IFMA.
- b) Alunos transferidos de outros Institutos Federais de Educação, de Centros de Educação Tecnológica e Escolas Técnicas, desde que a transferência atenda aos requisitos legais vigentes.
- c) Solicitação de mudança de curso, desde que haja afinidade entre as habilitações e a existência de vaga. (IFMA-ALCÂNTARA, 2017)

Por força da Resolução nº 25/CONDIR, de 21 de fevereiro de 2008, o então CEFET-MA tornou público o Edital que conteve as normas e procedimentos para a realização do primeiro Processo Seletivo para Admissão de Alunos aos Cursos Técnicos de Eletrônica, Hospedagem e Meio Ambiente, todos na forma subsequente ao Ensino Médio. (IFMA, 2015)

Ainda como CEFET, as aulas se iniciaram no dia 12 de agosto de 2008 e o primeiro semestre letivo oferecido contou com 115 alunos matriculados nas três modalidades de cursos que foram ofertados, sendo 36 matriculados no curso de Hospedagem, 40 no curso de Eletrônica e 40 no curso de meio Ambiente, Só a partir de 2010, já como uma unidade do IFMA foi ofertado o primeiro curso de nível Superior que foi em Tecnólogo em Gestão de Turismo.

## 8 O CURSO DE HOSPEDAGEM DO IFMA - ALCÂNTARA: as revelações da pesquisa

Em seu plano pedagógico, O IFMA-Campus Alcântara faz uma apresentação rápida e de forma clara sobre o curso de Hospedagem. Baseando-se em princípios como os da interdisciplinaridade e da contextualização, tendo em vista que a sua finalidade é a “Integrações dos componentes curriculares nas dimensões científicas e técnico-operativas”. (IFMA 2017)

Os objetivos dos cursos ofertados visam à concretização dos direitos dos cidadãos ao pleno desenvolvimento de uma produtiva e social. Abrindo um leque de oportunidades aos alunos egressos para a serem desenvolvidas no âmbito trabalhista

A primeira turma do curso de Hospedagem do IFMA- Alcântara teve início no ano de 2008, apenas no turno matutino e quando ainda era o CEFET-MA, como citado acima teve em seu primeiro ano um número de 36 alunos matriculados, e como afirma professora investigada que atua no curso, apenas 33 alunos se formaram ao fim dos módulos: **“Formaram-se 33 alunos da primeira turma e 15 alunos da segunda turma”**. (Informação verbal).

Já a segunda se iniciou no ano de 2011 já sendo um polo do Instituto Federal de Educação, ciência e Tecnologia do Maranhão ocorrendo as aulas no turno vespertino, conforme o relato da professora apenas 15 alunos concluíram os módulos.

A terceira turma que ainda está em andamento se iniciou em agosto de 2016 no período noturno, conta atualmente com 14 alunos regulares no semestre conforme informações passadas através da professora Marcela do Curso de Hospedagem do IFMA – Alcântara: **“Atualmente, o curso conta com 14 alunos regulares no semestre 2017.1 (segundo período - o curso é realizado em 3 períodos)”**.(Informação verbal).

Com relação ao intervalo entre o ingresso das turmas do curso que parece ser um tanto longo a professora Marcela do IFMA1 –Alcantara esclareceu o seguinte:

---

1 Entrevista realizada a Professora Marcela do IFMA-Alcantara.

No IFMA, os cursos Técnicos Subsequentes ao Ensino Médio não tem por obrigação acontecer de forma regular consecutiva. No âmbito do Campus Alcântara, alternamos a oferta de três cursos técnico subsequentes: Técnico em Hospedagem, Técnico em Meio Ambiente e Técnico em Eletrônica, tendo em vista fatores como a nossa estrutura física, nosso quadro de profissionais e os demais cursos ofertados em outras modalidades (Informação Verbal)

Conforme esclarece o plano pedagógico do IFMA-Alcântara, a intenção da instituição é clara em relação a formação dos profissionais que se formam em seus cursos, estes são guiados por valores afim de que possam ter comprometimento em sua atuação profissional, levando em consideração todas as transformações que venham a acontecer no mundo da hospedagem.

Além disso, o aluno que se torna um profissional pelo IFMA tem uma visão mais crítica ao colocar em exercício os ensinamentos repassados na teoria no campo prático da hospedagem, possui também experiência na hora de prestar serviços para qualquer tipo de função dentro da organização e por fim, o estudante compreende as renovações que acontecem no campo científico e tecnológico, adquirindo assim uma formação continuada. (IFMA-ALCÂNTARA, 2017).

Institutos Federais constituem um espaço fundamental na constituição dos caminhos com vista ao desenvolvimento local regional. Para tanto, devem ir além da compreensão da educação profissional e tecnológica, como mera instrumentalizadora de pessoas para o trabalho determinado por um mercado que impõe seus objetivos. É imprescindível situá-los como potencializadores de uma educação que possibilita ao indivíduo o desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos a partir de uma prática interativa com a realidade. Ao mergulhar em sua própria realidade, esses sujeitos devem extrair e problematizar o conhecido, investigar o não conhecido para poder compreendê-lo e influenciar a trajetória dos destinos de seu locus de forma a se tornarem credenciados a ter uma presença substantiva a favor do desenvolvimento local e nacional. (BRASIL, 2008, p.25).

A justificativa usada pelo IFMA-Campus Alcântara em seu plano pedagógico é de ofertar o curso Técnico em Hospedagem tendo como ponto de partida à necessidade da formação de profissionais qualificados para que possam atuar nos múltiplos meios de hospedagem, nos espaços gastronômicos, em empresas de eventos, em hospitais, dentre tantos outros estabelecimentos e, ainda, atuar como autônomos, dentro de um mercado globalizado, muito competitivo e exigente de profissionais habilitados para atuar no desenvolvimento de tarefas operacionais com qualidade. (IFMA, 2017).



## **8.1 Identificação do Curso**

O curso técnico em hospedagem do IFMA-Campus Alcântara, baseia-se no eixo tecnológico do Turismo, Hospitalidade e Lazer, a qualificação recebida é a de técnico em Hospedagem, às aulas acontecem de forma presencial e noturnas. As atividades são exercidas no horário das 18h40min e terminando às 21h50min de segunda a sexta-feira, possuindo como pré-requisito a certificação do ensino médio.

A formação tem a duração de uma no e meio (18 meses), contendo um total de 40 vagas a comunidade, a carga-horaria é estipulada em 1.080 horas-aula de 45 minutos e 810 horas-aula de 60 minutos.

## **8.2 Objetivos Geral e Específicos do Curso de Hospedagem do IFMA - Alcântara**

Segundo o Projeto Político Pedagógico do Curso de Hospedagem do IFMA-Alcântara (2017) a instituição possui como seu objetivo basilar formar profissionais com uma visão empreendedora sedimentada em valores éticos, políticos e sociais que sejam capazes de entender a complexidade do processo de transformação científico-tecnológico que envolve a sua área de atuação profissional, ampliando as oportunidades de inserção no mundo do trabalho através da profissionalização em nível técnico com habilitação em hospedagem.

Os Objetivos Específicos buscam a ampliação de uma visão crítica da qualidade dos empreendimentos e serviços que compreendem a oferta regional dos meios de hospedagem, propiciando condições para que o Técnico em Hospedagem esteja preparado para a prestação de serviços de hospitalidade e hospedagem em empresas e instituições públicas ou privadas, e desenvolvem a capacidade crítico-reflexiva para atuar num mercado profissional em permanente processo de renovação científica e tecnológica a partir do gerenciamento de sua própria formação continuada.

### 8.3 O perfil do profissional habilitado em hospedagem pelo IFMA de Alcântara

O perfil dos profissionais que concluem o curso de hospedagem no IFMA-Alcântara possuem uma atitude diferenciada no acolhimento, visando satisfazer plenamente os turistas, executando atividades de níveis operacionais em meios de hospedagens e principalmente mostrando qualidade e técnica, traduzindo assim todo seu aprendizado.

Tendo como requisitos essenciais para o final do curso, o profissional Técnico em Hospedagem, deverá: (IFMA-Alcântara, 2017).

a) Realizar atividades de recepção reserva governança, mensageria e *concièrgerie* em meios de hospedagem; b) Supervisionar a manutenção dos equipamentos; c) Executar serviços de atendimento e suporte aos clientes.

Prestar suporte ao hóspede durante sua estada; d) Valorizar as características culturais, históricas e ambientais do local de sua atuação; e) Fazer uso de recursos tecnológicos, conhecimentos, valores éticos, estéticos e políticos que encaminhem ao desenvolvimento de uma postura crítico-reflexiva frente à humanização do homem e do trabalho.

Além dos objetivos citados acima, é necessário ao profissional egresso, possuir o atributo de gerir pessoas, crises e conflitos existentes em uma organização compostas por diferentes personalidades, Distinguir os critérios de qualidade adotados durante uma prestação de serviços ofertados na hotelaria, e sendo de suma importância que esse profissional conheça os aspectos culturais e turísticos do local onde esteja, um dos princípios da formação técnica do aluno é sempre buscar um conhecimento elevado para pôr em prática e com a devida excelência que lhe repassado.

Quanto ao acompanhamento dos alunos egressos do curso a professora Marcela do Curso de Hospedagem do IFMA – Alcântara destacou que:

Infelizmente, o Campus Alcântara ainda não institucionalizou um programa de acompanhamento dos egressos. Informalmente e de forma bem pontual, tomamos conhecimento. Muitos dos egressos do curso de Hospedagem acabam ingressando no curso superior de Tecnologia em Gestão de Turismo do próprio campus, via Enem. Alguns ingressam antes mesmo de concluir o técnico. Não dispomos de dados formais quantificados acerca da atuação destes alunos no mercado. (Informação verbal).

Podemos dizer que o contato com os egressos de um curso, leva a pensar em mudanças, construir conhecimentos contando com a participação desses sujeitos, para elucidar questões que merecem ser melhoradas dentro da graduação em hotelaria.

Botomé (1988, p. 287 apud ZANELLI, 2002, p. 12) relata que

[...] acompanhar o que acontece com os egressos da universidade e atender às suas necessidades de atualização e aperfeiçoamento pode dar muitas informações úteis sobre as relações entre exercício profissional e formação acadêmica.

Os egressos são importantes atores no contexto político educacional, contribuindo para a análise do processo de elaboração e implementação das propostas pedagógicas que subsidiam a formação do profissional de hotelaria, trazendo informações relevantes para o movimento de elaboração e reelaboração da política pública de educação superior articulada com a política de turismo.


#### **8.4 A Matriz Curricular do Curso de Hospedagem do IFMA de Alcântara**

O curso técnico em Hospedagem no IFMA, Campus Alcântara parte da hipótese que o campo da hotelaria é uma área multidisciplinar e que por isso exige conhecimentos sobre áreas integradas, a proposta da interdisciplinaridade é de promover uma nova forma de se trabalhar o conhecimento, havendo uma influência mútua entre os sujeitos e a sociedade e entre os professores e alunos para que o ambiente acadêmico possa ser dinâmico gerando questionamentos conjecturando com as outras disciplinas.

O professor, na perspectiva da interdisciplinaridade, não é um mero repassador de conhecimentos, Mas é reconstrutor juntamente com seus alunos; O professor é, conseqüentemente, um pesquisador que possibilita aos alunos, também, a prática da pesquisa. A problematização como metodologia para a reconstrução de construtos dá condições ao aluno de mover-se no âmbito das teorias, das diferentes áreas do saber, Construindo a teia de relações que Vai torná-lo autônomo diante da autoridade do saber. O professor pesquisador constitui-se, portanto, em agente necessário de uma formação calçada na interdisciplinaridade (TOMAZETTI, 1998, p. 13).

A seguir é apresentada a matriz curricular do então CEFET, que possuía uma maior carga horaria totalizando 1.417h, incluindo um estágio supervisionado com 200h.

Figura 01 – Matriz Curricular do Curso de Hospedagem do IFMA-Alcântara-2008.

 <b>CEFET</b> <b>MARANHÃO</b>	<b>CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO MARANHÃO</b> <b>NÚCLEO AVANÇADO DE ALCÂNTARA</b> <b>MATRIZ CURRICULAR DO CURSO TÉCNICO EM HOSPEDAGEM</b> <b>Referente ao ano 2008</b>				
	MÓDULO I		DISCIPLINAS	MÓDULO II	
DISCIPLINAS	C.H. semanal	C.H. por módulo		C.H. semanal	C.H. por módulo
Língua Portuguesa I	3	60	Língua Portuguesa II	3	60
Matemática Aplicada	3	60	Inglês Aplicado II	3	60
Fundamentos de Turismo	3	60	Estudos Regionais	3	60
Fundamentos de Hospitalidade	2	40	Turismo e Patrimônio Cultural	2	40
Sociologia do Trabalho	2	40	Gestão de Pessoas	2	40
Metodologia da Pesquisa Científica	2	40	Manifestações Artísticas e Cultura Popular	2	40
Biologia Aplicada	3	60	Técnicas de Hospedagem I	3	60
Higiene e Segurança do Trabalho	2	40	Informática Aplicada	3	60
Alimentos e Bebidas	2	40	Técnicas de Eventos na Hotelaria	3	60
Inglês Aplicado I	3	60			
<b>SUBTOTAL</b>	<b>25</b>	<b>500</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>24</b>	<b>460</b>
MÓDULO III					
Inglês Aplicado III	3	60			
Técnicas de Lazer e Recreação	3	60			
Direito e Legislação Aplicados	3	60			
Marketing de Serviços Hoteleiros	2	40			
Técnicas de Restaurante	3	60			
Empreendedorismo	3	60			
Gestão Ambiental	2	40			
Qualidade em Serviços Hoteleiros	2	40			
Técnicas de Hospedagem II	2	40			
<b>SUBTOTAL</b>	<b>25</b>	<b>500</b>			
<b>CARGA HORÁRIA</b>					<b>1.217</b>
<b>ESTÁGIO SUPERVISIONADO</b>					<b>200</b>
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO</b>					<b>1.417</b>

Fonte: Projeto Pedagógico CEFET, 2008

Podemos observar que em 2008 se encontravam contida em suas disciplinas as cadeiras de Português I e II, ofertadas no módulo I e II respectivamente e que possuíam bases científicas muito semelhantes, como mostrado nos quadros nas imagens abaixo.

Figura 2 - Módulo I do Curso de Hospedagem do CEFET – 2008

DISCIPLINAS	COMPETÊNCIAS	BASES CIENTÍFICAS
-------------	--------------	-------------------

<b>LÍNGUA PORTUGUESA I</b>	Compreender a norma padrão da Língua Portuguesa como recurso de ampliação da competência lingüística do falante, avaliando a adequação ou inadequação de determinados registros em diferentes situações de uso da língua na modalidade oral quanto na escrita.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Concepções de linguagem, língua, texto e gramática;</li> <li>• Gêneros textuais/discursivos;</li> <li>• Conhecimentos necessários à leitura e à produção de textos representativos dos gêneros supracitados: conhecimento lingüístico, enciclopédico e comunicativo.</li> </ul>
	Comunicar-se através de textos orais e escritos, utilizando com eficiência os recursos da linguagem verbal e não-verbal, considerando o caráter persuasivo da linguagem.	

Fonte: Proposta curricular do Curso de Hospedagem do CEFET-MA (2008)

Figura 3 - Modulo II do Curso de Hospedagem do CEFET – 2008

DISCIPLINAS	COMPETÊNCIAS	BASES CIENTÍFICAS
<b>LÍNGUA PORTUGUESA II</b>	Compreender e examinar a constituição e o funcionamento dos gêneros textuais/discursivos na oralidade e na escrita, sob uma perspectiva sócio-interativa da linguagem;	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Noção de língua, texto, textualidade e processos de textualização.</li> <li>• Gêneros textuais/discursivos.</li> <li>• Conhecimentos necessários à leitura e à produção de textos representativos de gêneros textuais/ discursivos: conhecimento lingüístico, textual e discursivo.</li> </ul>
	Ler, compreender, analisar e produzir textos orais e escritos (representativos das seqüências descritiva, dissertativa, argumentativa e, respectivamente dos diferentes gêneros textuais), considerando a articulação coerente dos elementos lingüísticos, dos parágrafos e das demais partes do texto.	

Fonte: Proposta curricular do Curso de Hospedagem do CEFET-MA (2008)

Em uma comparação feita entres as matrizes curriculares do podemos observar que após a implantação do IFMA, o currículo permaneceu o mesmo para na turma de 2011 e sendo alterada apenas em 2017, a nova matriz que passou ser adotada apresentou transformações, as disciplinas de português I e II, Matemática aplicada, Biologia aplicada, Estudos regionais, Gestão de pessoas e Manifestações Artísticas e cultura popular saíram do currículo, e as que permaneceram passaram por reformulações, como nota-se no anexo A.

Na matriz do Cefet, as 28 disciplinas estavam distribuídas das seguinte forma observado no quadro 04:

Quadro 04 – Total de Disciplinas CEFET

Módulos	TOTAL DE DISCIPLINAS	Carga horaria
Modulo I	10	500h
Modulo II	09	460h
Modulo III	09	500h

Fonte; PPP do curso de Hospedagem do IFMA-Alcântara, 2008.

A nova Matriz adotada pelo IFMA, conta com uma carga horaria menor e as disciplinas oferecidas foram reduzidas, como já citadas anteriormente, saíram sete e as 21 ofertadas durante o período de 18 meses, estão dispostas da seguinte forma ressaltado no quadro 5:

Quadro 5 – Total de Disciplinas IFMA-Campus Alcântara

Módulos	TOTAL DE DISCIPLINAS	Carga horaria
Modulo I	07	360h
Modulo II	07	360h
Modulo III	07	360h

Fonte: PPP do curso de Hospedagem do IFMA-Alcântara, 2008.

A nova matriz do IFMA aprovada para 2017 possui a carga horária de 1.080min para a hora-aula de 45min e 810min para a hora-aula de 60min distribuídas em três módulos, compreende-se que o estágio supervisionado de 200h que havia, contribuiu para a redução da carga horaria total dessa nova matriz, como percebe-se na imagem abaixo.

Figura – Nova Matriz do IFMA

Fonte: Projeto Pedagógico IFMA-Campus Alcântara, 2017.

DISCIPLINAS	MÓDULO I		DISCIPLINAS	MÓDULO II	
	C.H. SEMESTRAL	C.H. POR SEMESTRE		C.H. SEMESTRAL	C.H. POR SEMESTRE
Fundamentos de Turismo e Hotelaria	4	80	Técnicas de Recepção e Reservas	4	80
Hospedagem em serviços hoteleiros	3	60	Alimentos e Bebidas na Hotelaria	3	60
Linguagem e Comunicação Empresarial	3	60	Tecnologia em Meios de Hospedagem	3	60
Ética e Relações Interpessoais	2	40	Legislação Aplicada ao Turismo e Hotelaria	2	40
Higiene e Segurança no Trabalho	2	40	Administração Hoteleira	2	40
Lingua Inglesa I	2	40	Lingua Inglesa II	2	40
Lingua Espanhola I	2	40	Lingua Espanhola II	2	40
<b>SUBTOTAL</b>	<b>18</b>	<b>360</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>18</b>	<b>360</b>
<b>MÓDULO III</b>					
Técnicas de Governança	4	80			
Técnicas de Eventos na Hotelaria	3	60			
Empreendedorismo em Meios de Hospedagem	3	60			
Lazer e Recreação na Hotelaria	2	40			
Gestão Ambiental em Meios de Hospedagem	2	40			
Lingua Inglesa III	2	40			
Lingua Espanhola III	2	40			
<b>SUBTOTAL</b>	<b>18</b>	<b>360</b>			
<b>CARGA HORÁRIA (HORA-AULA DE 45 MINUTOS)</b>					<b>1.080</b>
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO (HORA 60 MINUTOS)</b>					<b>810</b>

## 8.5 Corpo Docente

O atual corpo docente do curso de hospedagem IFMA-Campus Alcântara conta três profissionais formados na área de Turismo e Hotelaria, como informa o quadro 0.6, todos no regime de dedicação exclusiva, em uma percepção mais ampla o curso de Hospedagens conta com 40 docentes das mais diversas formações.

Quadro 6 – Área de Formação dos docentes

<b>Quantidade</b>	<b>Área de formação</b>	<b>Titulação</b>
01	Bacharel em turismo	Especialista
01	Tecnólogo em Hotelaria	Mestre
01	Bacharel em Hotelaria	Mestre

## 9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise sobre a educação técnico-profissional no Brasil e em especial no Maranhão, com as pesquisas realizadas pudemos observar a transformações da Educação técnico-profissional ao longo dos anos, partindo desde o Brasil colônia até os tempos atuais, também se pretendeu analisar as matrizes curriculares do curso de hospedagem antes de depois da instituição dos IF's.

Visando atender os objetivos foi realizada uma coleta de dados junto à instituição a qual foi o motivo da pesquisa, também foi executada pesquisa bibliográfica documental para levantar o histórico e expansão do ensino na área de hotelaria.

Pela observação dos aspectos analisados é notório que o IFMA, Campus Alcântara com sua interdisciplinaridade propicia aos seus alunos uma formação que vai além das ocupações operacionais nas instituições, concedendo aos mesmo a oportunidade de criarem uma visão holística do meio em que estão inseridos.

O questionário com perguntas abertas possibilitou esclarecer que ao longo dos anos no curso de hospedagem ocorre um a alternância de ofertas com outros cursos também subsequentes.

Deve ser ponderado o fato de que ainda não acontece um programa de acompanhamento dos egressos, as informações sobre os mesmo ocorrem de forma esporádica e informal.

A realização de uma pesquisa sobre este fenômeno pode ser relevante não só para as instituições de ensino, mas também para empresas empregadoras, que podem se beneficiar com a formação dos profissionais na área de hospedagem.



## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria margarida de. **Como preparar cursos de pós-graduação: noções praticas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002

ARQUIVO NACIONAL; HISTÓRIA LUSO-BRASILEIRA. **No tempo das fábricas: Alvará que proíbe as fábricas e manufaturas no Brasil**. Disponível em: <<http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=978&sid=107>> Acesso em: 15 maio 2017.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez.1996. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)> Acesso em: 30 maio 17.

\_\_\_\_\_. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 10 de novembro de 1937)** Leis Constitucionais. Rio de Janeiro, 1937.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Concepções e diretrizes**: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília: PDE, 2008.

\_\_\_\_\_. **Expansão da Rede Federal**. 2 mar. 2016. Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>> Acesso em: 20 maio 2017.

\_\_\_\_\_. Resolução CNE/CP 3, de 18 de dezembro de 2002. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 de dez. 2002, Seção 1, p. 162. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP032002.pdf>> acesso em: 15 maio 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério Da Educação. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico\\_educacao\\_profissional.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf)> Acesso em: 15 maio 2017.

\_\_\_\_\_. **Constituição Política do Império do Brasil (de 25 de março de 1824)**. Constituição Política do Império do Brasil, elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25.03.1824. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm)> Acesso em: 01 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei de 15 de outubro de 1827**. Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM-15-10-1827.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-15-10-1827.htm)> Acesso em: 05 maio 2017.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909.** Créa nas capitaes dos Estados da Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primario e gratuito. Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1909, 88º da Independencia e 21º da Republica. Disponível em:

<[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto\\_7566\\_1909.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf)> Acesso em: 10 maio 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007. Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica. **Diário Oficial da União**, Brasília, 25 abr. 2007. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6095.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6095.htm)> Acesso em: 01 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 30 dez.. 2008. Disponível

em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm)> Acesso em: 01 jun.2017.

\_\_\_\_\_. Lei Nº 7.863, de 31 de outubro de 1989. Dispõe sobre a transformação da Escola Técnica Federal do Maranhão em Centro Federal de Educação Tecnológica. **Diário Oficial da União**, Brasília, 01 nov. 1989. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1989\\_1994/L7863.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1989_1994/L7863.htm)> Acesso em: 01 jun. 2017.

CAMPOS, J. R. V. **A evolução da educação profissional em hotelaria no Brasil: o caso SENAC de São Paulo como referência na área.** 2000. 141 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.

CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos. **Pensamentos fundadores na Educação religiosa do Brasil Colônia.** Disponível em:

<[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos\\_frames/artigo\\_006.htm](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_006.htm)> Acesso em: 01 jun. 2017.

CASTELLI, Geraldo. **Administração Hoteleira.** Caxias do Sul: EDUCS, 2003. Comercial, 2016. 55p.

CUNHA, L. A. As Agências Financeiras Internacionais e a Reforma Brasileira do Ensino Técnico: A Crítica da Crítica. In: ZIBAS, D.; AGUIAR, M.; BUENO, M. (Org.). **O Ensino Médio e a Reforma da Educação Básica.** Brasília: Plano Editora, 2002. p.103-134

\_\_\_\_\_. **O ensino profissional na irradiação da industrialização.** São Paulo: Unesp, 2000.

DUARTE, S. V.; FURTADO, M. S. V. **Manual para elaboração de monografias e projetos de pesquisa.** 3. ed. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2002.

ESCOLA profissional. **Jornal do Comércio**. Caxias. Out, 1909.

EVREUX, Yves D. **Viagem ao Norte Brasil feita nos anos de 1613 a 1614**. São Paulo: Siciliano, 2002.

FECOMERCIO MA. **Missão e visão**. Disponível em: <<http://www.fecomercio-ma.com.br/site/institucional/missao-e-visao>> Acesso em: 15 maio. 2017.

FONSECA, Celso Suckow. **História do Ensino Industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Escola Técnica, 1961.

GARCIA, Sandra Regina de oliveira. "O fio da história: a gênese da formação profissional no Brasil". In:\_\_\_\_\_. **Trabalho e Crítica**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2000.

GENTILI, Pablo. Educar para o desemprego: A desintegração da promessa integradora In. FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Educação e crise de trabalho: perspectiva de final de século** Petrópolis: vozes, 1998.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas 1999.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo: v.35, n.2, p. 22, abril 1995.

HUNGARO, Edson Marcelo. A questão do método na constituição da teoria social de Marx. In: CUNHA, Célio da et al. **O método dialético na pesquisa em Educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2014.

IFMA. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão. **Plano de Desenvolvimento Institucional : 2014 – 2018**. São Luís, 2014.

\_\_\_\_\_. **Quem somos**. 8 jul. 2015. Disponível em: <<https://portal.ifma.edu.br/quem-somos/>> Acesso em: 01 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. Campus Alcantara. **Sobre o Campus**. 30 abr. 2015. Disponível em: <<https://alcantara.ifma.edu.br/sobreocampus/>> Acesso em 15 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Histórico**. 30 mar. 2015. Disponível em: <<https://portal.ifma.edu.br/instituto/historico/>> Acesso em 15 abr. 2017.

INSTRUÇÃO profissional. **O Estado**. Maranhão, Maio, 1916.

KALANTZIS, M.; COPE, B. **Literacies**. Australia: Cambridge University Press, 2012.

LEANDRO, Eulálio de Oliveira. **A marinha e as camadas populares no Maranhão – 1822-1871**. Imperatriz-MA: Ética, 2002.

- MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.
- MARQUES, Cesar Augusto. **Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão**. Maranhão: tip.do fria, 1870(reedição de 1970).
- MEIRELES, Mario Martins. **História do Maranhão**. São Luís, 1995
- MINAYO MC. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. Rio de Janeiro: Abrasco; 2009.
- NASCIMENTO, Maria Isabel M. **A Primeira Escola de professores dos Campos Gerais-PR**. Campinas, 2004. Tese (Doutorado), Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP- Faculdade de Educação, 2004.
- NISKIER, Arnaldo. **Educação Brasileira: 500 anos de História**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 2001.
- NOSELLA, Paolo. **A escola brasileira do final de século: um balanço**. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- OLIVEIRA, de Paulo: **História da educação no Brasil período jesuítico**. Rio de Janeiro: 2005. Disponível em: <<http://www.avm.edu.br/monopdf/8/PAULO%20DE%20OLIVEIRA.pdf>> Disponível em: 20 maio 2017.
- PIANZOLA, Maurice. **Os papagaios amarelos: os Franceses na conquista de São Luis**: Secretária da cultura do Estado do Maranhão: Alhambra, 1992.
- REA, L. M.; PARKER, R. A. **Metodologia de pesquisa: do planejamento à execução**. São Paulo: Pioneira, 2000.
- RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1989
- SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia Científica: a construção do conhecimento**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.
- SECO, Ana Paula; AMARAL, Tânia Conceição Iglesias do. **Marquês de Pombal e a Reforma Educacional Brasileira**. Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo\\_pombalino\\_intro.html](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo_pombalino_intro.html)> Acesso em: 01 jun. 2017.
- SENAC DR - MA. **Projeto Político Pedagógico**. São Luís: Serviço Nacional de Aprendizagem.

SENAC SÃO PAULO. **Hotelaria faz história no Senac**. 17 jul. 2006. Disponível em:<<http://www.sp.senac.br/jsp/default.jsp?tab=00002&subTab=00000&newsID=a8082.htm&testeira=453>> Acesso em: 15 abr. 2017.

SOUSA, José Coelho de. **Os Jesuítas no Maranhão**. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 1977.

TOMAZETTI, E. **Estrutura conceitual para uma abordagem do significado da interdisciplinaridade: um estudo crítico**. UFSM, n. 10, p. 1-43, 1998.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução a pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas 1987

ZANELLI, José Carlos. **O psicólogo nas organizações de trabalho**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

## **APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO À PROFESSORA DO IFMA**

### **QUESTÕES**

1. Quantos Alunos existem atualmente no curso?
2. Quantos alunos já se formaram nessas duas turmas concluídas?
3. Pelas informações passadas, percebe-se que há um grande intervalo entre o termino e o inicio de um curso, havendo apenas 2 turmas formadas e uma em andamento. Qual seria o motivo?
4. Há um acompanhamento dos alunos egressos? Estes estão no mercado?

**ANEXOS**

**ANEXO A – COMPONENTE CURRICULAR DO CURSO DE HOSPEDAGEM – IFMA - ALCÂNTARA**

<b>COMPONENTE CURRICULAR 2: HOSPITALIDADE EM SERVIÇOS HOSPEDEIROS</b>	
<b>MÓDULO I</b>	<b>CARAGA-HORÁRIA: 60H</b>
<b>OBJETIVOS:</b>	<b>EMENTA:</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entender o conceito de Hospitalidade na prestação de serviços hoteleiros;</li> <li>• Compreender as características e técnicas de hospitalidade voltadas ao consumidor dos meios de hospedagem.</li> </ul>	<p>Fundamentos da Hospitalidade: conceitos, histórico e classificações da hospitalidade. Relações ente Anfitrião e Hóspede / Visitante e Visitado.</p> <p>Classificações da Hospitalidade: doméstica, urbana, comercial e virtual.</p> <p>Atendimento ao Cliente (encantamento). Lazer e hospitalidade urbana. Eventos e festividades.</p> <p>Marketing Pessoal: A responsabilidade do profissional para com a imagem da empresa (código visual na profissão; apresentação pessoal e postura profissional).</p>

<b>COMPONENTE CURRICULAR 3: LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL</b>	
<b>MÓDULO I</b>	<b>CARAGA-HORÁRIA: 60H</b>
<b>OBJETIVOS:</b>	<b>EMENTA:</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolver consciência sobre gêneros e modalidades textuais;</li> <li>• Desenvolver habilidades para produção de textos em que se apliquem as normas linguísticas adequadas;</li> <li>• Pesquisar e analisar informações da área de hospedagem em diversas fontes impressas e eletrônicas;</li> <li>• Conhecer os procedimentos linguísticos que levem à qualidade nas atividades relacionadas ao hóspede.</li> </ul>	<p>Análise de textos técnicos/comerciais da área de hospedagem por meio de indicadores linguísticos e extralinguísticos.</p> <p>Conceitos de coerência e coesão aplicados à análise e produção de textos técnicos da área.</p> <p>Desenvolvimento de textos técnicos aplicados à área de hospedagem de acordo com normas e convenções específicas.</p>



<b>COMPONENTE CURRICULAR 4: ÉTICA E RELAÇÕES INTERPESSOAIS</b>	
<b>MÓDULO I</b>	<b>CARAGA-HORÁRIA: 40H</b>
<b>OBJETIVOS:</b>	<b>EMENTA:</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Ter conhecimento e fazer uso da ética em todas as relações profissionais no ambiente de trabalho.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conceitos e noções fundamentais de Ética e Moral.</li> <li>-Preâmbulo histórico conceitual da Ética.</li> <li>- Ética Profissional e responsabilidade social.</li> <li>- Código de Ética Profissional e dilemas éticos do profissional de hospitalidade e lazer.</li> <li>- Ética Profissional e relações interpessoais.</li> </ul>

<b>COMPONENTE CURRICULAR 5: HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO</b>	
<b>MÓDULO I</b>	<b>CARGA-HORÁRIA: 40H</b>
<b>OBJETIVOS:</b>	<b>EMENTA:</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Conhecer, interpretar e aplicar a legislação e as normas técnicas referentes à saúde e segurança do trabalho, adotando procedimentos preservacionistas para evitar situações de risco, atos e condições inseguras, que originam acidentes, analisando as causas e consequências para o trabalhador, para a empresa e para o meio ambiente.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Histórico e evolução da Segurança do Trabalho;</li> <li>- Riscos Ambientais: Físicos, Químicos, Biológicos, Ergonômicos e Mecânicos;</li> <li>- Acidentes do Trabalho: conceito, tipos, causas, consequências e formas de prevenção;</li> <li>- Equipamentos de Proteção Individual – EPI e Coletiva – EPC;</li> <li>- Comissão Interna de Prevenção de Acidentes-CIPA;</li> <li>- Aplicação de ferramentas de análise de riscos;</li> <li>- Norma Regulamentadora NR-24;</li> <li>- Prevenção e combate ao incêndio;</li> <li>- Noções de primeiros socorros.</li> </ul>

<b>COMPONENTE CURRICULAR 6: LÍNGUA INGLESA I</b>	
<b>MÓDULO I</b>	<b>CARGA-HORÁRIA: 40H</b>
<b>OBJETIVOS:</b>	<b>EMENTA:</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Aplicar a língua inglesa nos processos de comunicação oral e escrita, tendo como base expressões idiomáticas e termos técnicos da área de turismo e hotelaria.</li> </ul>	<p>Uso prático do idioma em situações de trabalho tais como recepção do turista estrangeiro (abordagem, saudação, tratamento);</p> <p>Meios de transporte;</p> <p>Comunicação de rotas e itinerários;</p> <p>Reconhecimento e transmissão de datas e horários;</p> <p>Acomodação em meios de hospedagem; descrição de instalações;</p> <p>Descrição e informações sobre o meio ambiente, passeios variados e atrativos culturais.</p>

<b>COMPONENTE CURRICULAR 7: LINGUA ESPANHOLA I</b>	
<b>MÓDULO I</b>	<b>CARGA-HORÁRIA: 40H</b>
<b>OBJETIVOS:</b>	<b>EMENTA:</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Aplicar a língua espanhola nos processos de comunicação oral e escrita, tendo como base expressões idiomáticas e termos técnicos da área de turismo e hotelaria.</li> </ul>	<p>Países que tem o espanhol como língua oficial e suas capitais (adjetivos pátrios);</p> <p>Cultura e identidade dos povos hispanos;</p> <p>Conhecimentos gerais relacionados à fonética e fonologia do espanhol: a pronúncia dos sons ch, g, j, ll, r, rr, x, y, z. Alfabeto.</p> <p>Uso prático do idioma em situações de trabalho tais como recepção ao turista estrangeiro (apresentação, saudação, despedida, agradecimento);</p> <p>Expressões idiomáticas. Diferença entre tratamento formal e informal: pronomes pessoais sujeito e complemento direto (lo, la, los, las). Artigos definidos e indefinidos e as contrações. Regras de eufonia (primeira parte – uso de “el”);</p> <p>Leitura e interpretação de pequenos textos relacionados ao turismo e hospedagem: folders, manuais, guias, roteiros, etc.</p>

<b>COMPONENTE CURRICULAR 8: TÉCNICAS DE RECEPÇÃO E RESERVAS</b>	
<b>MÓDULO II</b>	<b>CARGA-HORÁRIA: 80H</b>
<b>OBJETIVOS:</b>	<b>EMENTA:</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compreender e desenvolver os procedimentos e rotinas do setor de reservas em meios de hospedagem.</li> <li>• Compreender e desenvolver os processos e rotinas do setor de recepção em meios de hospedagem.</li> </ul>	<p>Conceitos e definições sobre o setor de reservas hoteleiro;            Ferramentas de Trabalho em Reservas;            Técnicas de trabalho e organização de reservas;            Alfabeto fonético e terminologias internacionais;            Conceitos e definições sobre o setor de recepção hoteleira;            Ferramentas de Trabalho em Recepção;            Técnicas de trabalho e organização de recepção;            Administração e Legislação de recepção;            Sistema Informatizado de Recepção e Reservas (ocupação) em meios de hospedagem;</p>

<b>COMPONENTE CURRICULAR 9: ALIMENTOS E BEBIDAS NA HOTELARIA</b>	
<b>MÓDULO II</b>	<b>CARGA-HORÁRIA: 60H</b>
<b>OBJETIVOS:</b>	<b>EMENTA:</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conhecer e analisar o papel do setor de Alimentos e Bebidas para a atividade turística;</li> <li>• Selecionar e agrupar alimentos e bebidas de maneira a atender necessidades e expectativas dos clientes.</li> </ul>	<p>História da alimentação junto à humanidade: a importância física, social e antropológica da alimentação para a formação da sociedade;            A relação Turismo x Gastronomia;            Aspectos conceituais e práticos da área de Alimentos &amp; Bebidas juntos aos empreendimentos hoteleiros;            Gestão, planejamento e organização do Restaurante hoteleiro.</p>



<b>COMPONENTE CURRICULAR 10: TECNOLOGIA EM MEIOS DE HOSPEDAGEM</b>	
<b>MÓDULO II</b>	<b>CARGA-HORÁRIA: 60H</b>
<b>OBJETIVOS:</b>	<b>EMENTA:</b>
<p>Conhecer conceitos de computação, informática, arquitetura do computador, aplicativos e internet, utilizando-os como recursos de trabalho nos setores dos meios de hospedagem.</p> <p>Controle informatizado das operações básicas em meios de hospedagem.</p>	<p>Conceitos básicos de informática;</p> <p>Uso de computadores aplicados às atividades e inovações profissionais no mercado da hospitalidade;</p> <p>Tecnologia da Informação e Turismo;</p> <p>Informação e comunicação entre os setores de um meio de hospedagem;</p> <p>Controle de hospedagem (ocupação, previsão de check in/check out/check list...);</p> <p>Softwares e recursos informatizados de reserva e recepção: controle de Unidades Habitacionais (UH) para hospedagem, relatórios de check in e check out previstos, listagem de hóspedes por unidade habitacional;</p>

<b>COMPONENTE CURRICULAR 12: ADMINISTRAÇÃO HOTELEIRA</b>	
<b>MÓDULO II</b>	<b>CARGA-HORÁRIA: 40H</b>
<b>OBJETIVOS:</b>	<b>EMENTA:</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Conhecer as teorias gerais sobre administração relacionadas à hospedagem.</li> </ul>	<p>Definições, Fundamentos históricos e teorias gerais da administração;</p> <p>Tipos de administração;</p> <p>Planejamento estratégico e operacional da organização administrativa de empresas hoteleiras: os setores de RH, Financeiro e Vendas</p>

COMPONENTE CURRICULAR 14: LÍNGUA ESPANHOLA II	
MÓDULO II	CARGA-HORÁRIA: 40H
OBJETIVOS:	EMENTA:
<ul style="list-style-type: none"> <li>Aplicar a língua espanhola nos processos de comunicação oral e escrita, tendo como base expressões idiomáticas e termos técnicos da área de turismo e hotelaria.</li> </ul>	<p>Reconhecimento e transmissão de datas e horários (numerais cardinais, hora, dias da semana, meses do ano, as quatro estações, tempo atmosférico);</p> <p>Comunicação de rotas, itinerários e meios de transporte (verbos regulares e irregulares no presente do indicativo);</p> <p>Acomodação em meios de hospedagem; descrição de instalações. Demonstrativos;</p> <p>Descrição e informações sobre o meio ambiente, passeios variados e atrativos culturais. Advérbios e possessivos;</p> <p>Leitura e interpretação de pequenos textos relacionados ao turismo e hospedagem: folders, manuais, guias, roteiros, etc.</p>

COMPONENTE CURRICULAR 13: LÍNGUA INGLESA II	
MÓDULO II	CARGA-HORÁRIA: 40H
OBJETIVOS:	EMENTA:
<ul style="list-style-type: none"> <li>Aplicar a língua inglesa nos processos de comunicação oral e escrita, tendo como base expressões idiomáticas e termos técnicos da área de turismo e hotelaria.</li> </ul>	<p>Uso prático do idioma em procedimentos reservas, recepção e atendimento telefônico;</p> <p>Informação sobre Alimentos e Bebidas (ingredientes, métodos de preparo, formas de tratamento de garçons);</p> <p>Redação de correspondências: cartas, faxes e e-mails;</p> <p>Problemas eventuais, recebimento de reclamações e formulação de desculpas.</p>

<b>COMPONENTE CURRICULAR 15: TÉCNICAS DE GOVERNANÇA</b>	
<b>MÓDULO III</b>	<b>CARGA-HORÁRIA: 80H</b>
<b>OBJETIVOS:</b>	<b>EMENTA:</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compreender o conceito de conhecimento, gestão e liderança, suas características e peculiaridades, dentro de uma visão evolutiva da história.</li> <li>• Compreender a missão de acolher o hóspede desenvolvendo as técnicas de organização, arrumação, limpeza e decoração de ambiente, além de trabalho em equipe.</li> </ul>	<p>Conceitos e definições sobre Governança;  A governanta (interação; perfil; atribuições; técnicas de trabalho);  A camareira (interação; perfil; atribuições; técnicas de trabalho);  Material de limpeza, utensílios e equipamentos;  Técnicas de trabalho e organização de limpeza;  Rouparia - técnicas de trabalho e organização de lavanderia;  Manutenção e Decoração nos meios de hospedagem;  Sistema Informatizado de Governança;</p>

<b>COMPONENTE CURRICULAR 16: TÉCNICAS DE EVENTOS NA HOTELARIA</b>	
<b>MÓDULO III</b>	<b>CARGA-HORÁRIA: 60H</b>
<b>OBJETIVOS:</b>	<b>EMENTA:</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conhecer os processos de operacionalização de eventos em Meios de Hospedagem.</li> <li>• Compreender a relação entre o Setor de Eventos de um Hotel e o Setor de Hospedagem.</li> </ul>	<p>Planejamento e organização de eventos em hotéis</p> <p>Tipos de Serviços de A&amp;B</p> <p>Noções de Higiene e Boas Práticas na manipulação de alimentos e Legislação sanitária</p> <p>Tipologia de eventos</p> <p>Operacionalização do Evento: estrutura, logística e serviços</p> <p>Sustentabilidade em eventos</p>

<b>COMPONENTE CURRICULAR 17: EMPREENDEDORISMO EM MEIOS DE HOSPEDAGEM</b>	
<b>MÓDULO III</b>	<b>CARGA-HORÁRIA: 60H</b>
<b>OBJETIVOS:</b>	<b>EMENTA:</b>
<p>Analisar os conceitos de empreendedorismo, bem como suas aplicações para a empresa hoteleira.</p>	<p>Conceito de empreendedorismo;            Características do comportamento empreendedor;            As pequenas e médias empresas e as empresas familiares: características e alternativas. A economia informal e o empreendedorismo. Inovação e competitividade;            Plano de negócios: Por que fazer um plano de negócios;            Estruturação e implantação do plano de negócios;            Empreendimentos hoteleiros: atualidades e tendências (estudos de casos).</p>

<b>COMPONENTE CURRICULAR 18: LAZER E RECREAÇÃO NA HOTELARIA</b>	
<b>MÓDULO III</b>	<b>CARGA-HORÁRIA: 40H</b>
<b>OBJETIVOS:</b>	<b>EMENTA:</b>
<p>Compreender a importância do lazer como fator de aproveitamento do tempo livre, bem como sua relação com a atividade turística;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Planejar, organizar e aplicar atividades recreativas que promovam o relacionamento interpessoal humanizado dos visitantes nos meios de hospedagem.</li> </ul>	<p>História, definições e classificações de lazer e da recreação.            A cultura lúdica e as manifestações culturais no contexto local e regional.            Compreensão do papel do lazer e da recreação no contexto turístico.            O planejamento, organização e execução de técnicas de lazer e recreação em meios de hospedagem: o profissional, os espaços, os equipamentos, faixas etárias e necessidades especiais.            Pesquisa histórica e apresentações práticas dos brinquedos cantados, jogos infantis, dramatizações, teatros, marionete, dinâmicas e outras manifestações culturais dos jogos e brincadeiras.</p>



COMPONENTE CURRICULAR 19: GESTÃO AMBIENTAL EM MEIOS DE HOSPEDAGEM	
MÓDULO III	CARGA-HORÁRIA: 40H
OBJETIVOS:	EMENTA:
<p><b>Objetivo:</b> compreender a necessidade de integrar os meios de hospedagem à gestão ambiental na perspectiva da sustentabilidade.</p>	<p><b>Ementa:</b> histórico da questão ambiental e suas repercussões no ambiente empresarial. A questão ambiental e o turismo. Gestão ambiental aplicada ao turismo. Responsabilidade social e ambiental. Sistema de gestão ambiental e certificação aplicada ao turismo. Gestão ambiental como fator de competitividade. Hospedagens sustentáveis e as novas tendências do mercado.</p>

COMPONENTE CURRICULAR 20: LÍNGUA INGLESA III	
MÓDULO III	CARGA-HORÁRIA: 40H
OBJETIVOS:	EMENTA:
<ul style="list-style-type: none"> <li>Aplicar a língua inglesa nos processos de comunicação oral e escrita, tendo como base expressões idiomáticas e termos técnicos da área de turismo e hotelaria.</li> </ul>	<p>Desenvolvimento da competência comunicativa do aluno em nível intermediário, considerando: a consolidação dos conhecimentos adquiridos nos níveis anteriores; a integração das habilidades de compreensão oral e escrita; a integração da gramática em contextos comunicativos; o desenvolvimento das habilidades discursivas; a aquisição e ampliação de vocabulário contextualizado na área de turismo e hotelaria; o uso de estratégias comunicativas e de aprendizagem, utilizando os principais termos técnicos das áreas de turismo e hospitalidade em inglês levando em conta o contexto e adequação de uso.</p>



COMPONENTE CURRICULAR 21: LÍNGUA ESPANHOLA III	
MÓDULO III	CARGA-HORÁRIA: 40H
OBJETIVOS:	EMENTA:
<ul style="list-style-type: none"> <li>Aplicar a língua espanhola nos processos de comunicação oral e escrita, tendo como base expressões idiomáticas e termos técnicos da área de turismo e hotelaria.</li> </ul>	<p>Uso prático do idioma em procedimentos de reservas, recepção e atendimento telefônico;</p> <p>Heterogênicos, heterossemânticos e heterotônicos;</p> <p>Informação sobre alimentos e bebidas (ingredientes, métodos de preparo, formas de tratamento de garçons, costumes e horários de cada refeição). Verbo gostar;</p> <p>Uso prático do idioma em procedimentos de pagamento (moedas dos países hispanos, formas de pagamento);</p> <p>Problemas eventuais, recebimento de reclamações e formulação de desculpas;</p> <p>Leitura e interpretação de pequenos textos relacionados ao turismo e hospedagem: folders, manuais, guias, roteiros, etc.</p>

## ANEXO B – DISCIPLINAS DO CURSO DE HOSPEDAGEM – IFMA - ALCÂNTARA

### ❖ Área do turismo

Titulo	Ano	Autor	Editora	Cidade	Edição
Fundamentos do Turismo	2003	Ignarra, Luiz Renato	Pioneira thompson Learning	São Paulo	2 ed.
Introdução ao turismo	2000	Lickorish, Leonard J.; Jenkins, Carson L.	Elsevier	Rio de Janeiro	7 ed.
Introdução ao turismo	2001	Sancho, Amparo	Roca	São Paulo	1 ed.
Turismo básico	1998	Trigo, Luiz Gonzaga Godoi	Senac	São Paulo	1 ed.
Turismo: teoria e prática	2000	Lage, Beatriz Helena Gelas Lage; Milone, Paulo Cesar Orgs.	Atlas	São Paulo	1 ed.
Fundamentos do Turismo	2003	Ignarra, Luiz Renato	Pioneira Thompson Learning	São Paulo	2 ed.
Introdução ao turismo	2000	Lickorish, Leonard J.; Jenkins, Carson L.	Elsevier	Rio de Janeiro	7 ed.
Introdução ao turismo	2001	Sancho, Amparo	Roca	São Paulo	1 ed.
Turismo básico	1998	Trigo, Luiz Gonzaga Godoi	Senac	São Paulo	1 ed.
Turismo: teoria e prática	2000	Lage, Beatriz Helena Gelas Lage; Milone, Paulo Cesar Orgs.	Atlas	São Paulo	1 ed

## ❖ Área de administração aplicada a hospedagem / turismo / hotelaria

Título	Ano	Autor	Editora	Cidade	Edição
Administração hoteleira	2003	Castelli, Geraldo	Educs	Caxias do sul	9 ed.
Administração	2010	Daft, Richard L.	Lengage Learning	São Paulo	
Administração de recursos humanos	2013	Snell, Scott	Lengage Learning	São Paulo	1 ed.
Manual de Gestão de pessoas e equipes: estratégias e tendências	2002	Boog, Magdalena; Boog, Gustavo (Orgs.)	Gente	São Paulo	632 ed.
Gestão Hoteleira	2006	Castelli, Geraldo	Educs	Caxias do Sul	2 ed.
As pessoas na organização	2002	Boschini, Rosely M. (Ed.)	Gente	São Paulo	1 ed.
Hotelaria: planejamento e gestão	2007	Petrocchi, Mario	Pearson Prentice Hall	São luis	1 ed.
Turismo e planejamento hoteleiro: avaliação econômica e ambiental	2003	ASCANIO, Alfredo	Papiros	São Paulo	1 ed.

## ❖ Área de hospitalidade

Título	Ano	Autor	Editora	Cidade	Edição
Hospitalidade	2004	Camargo, Luiz Octávio de Lima	Aleph	São Paulo	1 ed.
Hospitalidade: reflexões e perspectivas	2002	DIAS, Celia Maria de Moraes	Manole	São Paulo	1 ed.
Turismo e hospitalidade: guia de estudo	2006	ProJovem	Ministério do trabalho	Brasília	

## ❖ Área de alimentos e bebidas

Título	Ano	Autor	Editora	Cidade	Edição
Título	Ano	Autor	Editora	Cidade	Edição
Alimentos e bebidas	2010	Davies, Carlos Alberto	Educs	Caxias do Sul	4 ed.
Gestão Hoteleira	2006	Castelli, Geraldo	Educs	Caxias do Sul	2 ed.

## ❖ Área de governança em hospedagem

Título	Ano	Autor	Editora	Cidade	Edição
Hospedagem: front office e governança	2006	Ismail, Ahmed	Hospedagem: front office e governança	São Paulo	
Manual de hospedagem: simplificando ações na hotelaria	2007	Davies, Carlos Alberto	educs	Caxias do sul	3 ed.
Cadastur é meu negócio: meio de hospedagem,	2010	Ministério do Turismo	Ministério do turismo	Brasília	3 ed.